

PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO SOBRE OS EFEITOS DOS *MEDIA* NO PROCESSO DE IMIGRAÇÃO E NA INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES DE LESTE

Inês Branco

Trabalho de Projecto do Mestrado em Jornalismo

AGOSTO, 2009



Declaro que este trabalho de projecto é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, de de

Declaro que este trabalho de projecto se encontra em condições de ser apresentado a provas públicas.

O orientador,

Lisboa, de de

Conteúdo

1	Introdução.....	4
2	Perspectivas Conceituais	10
2.1	Imigrante e estrangeiro	10
2.2	Globalização e diálogo intercultural.....	11
2.3	Etnicidade e minoria étnica	14
2.4	Multiculturalismo e cultura.....	16
2.5	Estudos Culturais, multiculturalismo e cultura dos <i>media</i>	17
3	Movimentos migratórios, políticas e opinião pública	18
3.1	Movimentos migratórios.....	18
3.1.1	Primeira vaga de imigração – PALOP	20
3.1.2	Segunda vaga de imigração – Brasil e Países de Leste.....	21
3.1.3	População imigrante em Portugal.....	22
3.2	Opinião Pública e políticas de Imigração	23
4	<i>Media</i> , imigração e opinião pública	26
4.1	Acontecimentos e análise mediática.....	27
4.1.1	Caso “Arrastão de Carcavelos”	27
4.1.2	Papel dos editoriais na reprodução de estereótipos étnicos	30
4.2	Os efeitos dos <i>media</i> no processo de migração.....	32
4.2.1	O papel da televisão italiana na migração albanesa para Itália	35
4.2.2	Efeitos dos <i>media</i> na sociedade.....	37
4.3	Estudos realizados em Portugal.....	39
5	Hipóteses e Metodologia.....	43
	Referências Bibliográficas.....	51

1 Introdução

Segundo o estudo do Eurobarómetro "Diálogo intercultural na Europa", de Novembro de 2007, sobre o diálogo intercultural, cerca de 72 por cento dos cidadãos europeus acredita que pessoas com etnia, religião ou nacionalidade diferente enriquecem a vida cultural do seu país (Eurocid). No entanto, a forma como certos acontecimentos são relatados pelos meios de comunicação social podem abalar esta convicção. Porque na Europa o que a maioria das pessoas sabe sobre imigrantes e imigração deriva em grande parte dos *media*, é óbvio que também as suas opiniões, e logo também os seus estereótipos e preconceitos, devem basear-se no que lêem no jornal ou vêem na televisão. Um estudo detalhado sobre a forma como os *media* relatam a imigração ou as minorias étnicas dá-nos um conhecimento fundamental sobre muitos aspectos da sociedade, instituições, relações de poder, elites e processos sociais (Dijk, 2005).

O tratamento dado pelos meios de comunicação social aos temas Imigração e Minorias Étnicas influencia de forma significativa a opinião pública. Os *media* podem ser um instrumento importante no combate ao preconceito, racismo e xenofobia mas, da mesma forma, podem reforçá-los com a mensagem que passam. O papel dos *media* em moldar a incorporação de grupos étnicos minoritários no seio de diferentes contextos nacionais é um assunto complexo e de alguma forma controverso. A profundidade com que os imigrantes e seus descendentes são retratados pela televisão e pela imprensa como parte (ou à parte) de uma comunidade nacional pode afectar significativamente as atitudes entre a população maioritária em relação a grupos minoritários. Neste aspecto, o acesso por parte dos grupos minoritários aos fluxos de informação e aos processos de tomada de decisão dentro dos meios de comunicação pode afectar a capacidade de estas minorias conseguirem mobilizar apoio para concretização dos seus "objectivos étnicos".

Portugal tem sofrido grandes transformações demográficas nas últimas décadas, tendo-se aproximado mais da demografia dos outros países europeus, caracterizada por uma fraca dinâmica natural da população e aumento da tendência para o envelhecimento. Uma das consequências destas alterações é o aumento da imigração como componente principal dos saldos migratórios externos. O nosso país é hoje caracterizado por uma

grande diversidade, que representa uma maior riqueza em termos demográficos, económicos e culturais. Mas é esta mesma diversidade que coloca a Portugal novos desafios que resultam numa maior necessidade de promoção da coesão social e da gestão da diversidade cultural.

O que este plano propõe investigar teve duas motivações. A primeira, tem que ver com o meu percurso, que me levou a interessar pelo tema do cruzamento entre *media* e imigrantes ou minorias étnicas. A segunda resulta da investigação em termos de bibliografia existente sobre esta matéria, que me levou para um caminho que não era o inicial, nomeadamente, a compilação de estudos realizada por Nancy Wood e Russel King na área dos efeitos dos *media* nos processos de migração e o trabalho realizado por Teun van Dijk na área de *media* e racismo, ambos focados mais à frente.

Quanto à parte mais pessoal – e toda a pesquisa em ciências sociais tem também alguma coisa de autobiográfico, no sentido em que a escolha do objecto deve sempre algo ao perfil e ao percurso do próprio investigador, que põem determinado tema no âmbito dos seus interesses (Carvalho, 2008) – o caminho começou em 2007. Tendo-me voluntariado para dar aulas de Português numa associação de imigrantes, pude contactar com muitos indivíduos vindos de países como o Paquistão, Bangladesh e Nepal, muitos deles tendo chegado recentemente a Portugal. Pouco ou nada sabia sobre as suas vivências, o que me suscitou alguma curiosidade. Acabados de chegar ao nosso país, como se integravam? Onde trabalhavam? Quais os seus objectivos de vida por cá? O que os tinha levado a imigrar? Porquê Portugal? Como é que financiavam a viagem entre o seu país e o nosso? Em que trabalhavam no país de origem? Qual a sua formação?

Paralelamente à realização do meu mestrado em Jornalismo, voluntariei-me depois para dar aulas de Português no ACIDI¹. A turma que me foi atribuída era constituída maioritariamente por búlgaros. Nesse momento foi-me proposto fazer a tese de mestrado ligada a esta instituição. Optei pela realização de um estágio no programa de televisão dedicado ao tema da imigração, o “Nós”, transmitido na RTP 2 aos domingos de manhã (e também noutros horários), com o objectivo de que o meu trabalho final de estágio fosse

¹ ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

um relatório. Foi então que, já no final, resolvi fazer algo que me permitisse continuar ligada a este tema – daí ter escolhido fazer, em vez de um relatório, este plano de investigação. Partindo daquelas questões, e após ler mais sobre o assunto *media*/imigração, uma das conclusões a que cheguei foi que, se aquelas minorias não têm mais visibilidade nos *media*, é porque um dos principais tópicos que as levaria a ser notícia não se liga na maior parte das vezes a estas especificamente. Através da consulta da bibliografia existente sobre *media* e imigração, que detalho mais à frente, verifiquei que uma das temáticas mais ligadas aos imigrantes é o Crime. Daí que se existem comunidades pouco relevantes para os *media* é porque os assuntos que os levariam a focá-las não estão presentes. No caso específico da temática Crime é importante perceber que esta é uma variante particular do processo de produção jornalística. As notícias são moldadas segundo uma concepção específica de sociedade como “consenso”. Os acontecimentos noticiáveis são os que rompem este “consenso”, baseado nos meios de acção legítimos e institucionalizados. O crime envolve o lado negativo deste “consenso”, visto a lei definir aquilo que a sociedade julga ser tipos de acção ilegítimos. O crime é notícia porque o seu tratamento evoca ameaças, mas também reafirma a moralidade consensual da sociedade. Este é entendido como um fenómeno permanente e reincidente e, por isso, é inspeccionado pelos *media* de uma forma igualmente rotineira (Traquina, 1999).

Pensei que seria interessante estudar estas questões no ano dedicado pela União Europeia ao Diálogo Intercultural (Ano Europeu do Diálogo Intercultural – AEDI 2008), e a chamar a atenção para esta temática da imigração. No entanto, convém que uma investigação relacionada com um tema tão actual se centre num período de tempo o mais recente possível, daí que qualquer investigação que venha a realizar nesta área será sempre sobre o ano anterior. Além disto, já vários estudos do género tinham sido realizados sobre a forma como os *media* tratam os temas ligados a imigração e minorias étnicas, embora em anos diferentes. Através da exploração dos estudos existentes sobre *media* e imigração em Portugal (detalhado no ponto “Estudos realizados em Portugal”), pude verificar que estes se centram muito mais na temáticas dos assuntos ligados à Imigração (Crime, Integração, etc.) do que sobre os efeitos que os *media* têm no processo de migração.

Segundo Nancy Wood e Russel King², a migração é modelada como um processo comportamental e de tomada de decisão baseado em fontes de informação disponíveis aos potenciais migrantes sobre os vários destinos, sendo que algumas questões quase nunca são feitas: Quais são essas fontes de informação? Como é que os potenciais migrantes recebem informação sobre os lugares para onde vão eventualmente migrar? Não se sabe qual é exactamente o papel dos jornais, televisão e filmes em criar uma percepção nos migrantes sobre os locais de destino. Como é que as pessoas constroem “campos de informação” sobre áreas e locais, que se tornam depois os seus campos de “migração”. Estes canais são, com certeza, muitos e variados, desde boca-a-boca, cartas e outras formas de comunicação com amigos e conhecidos, que também migraram, e informação de agências de emprego. Mas também devem existir outras fontes de informação e imagens recebidos pelos migrantes, mas raramente estudadas pelos investigadores na área das migrações. Por isso, não se sabe exactamente qual é o papel dos jornais, televisão ou filmes em formar a percepção dos migrantes sobre os locais que constituem os seus campos de migração. Também não se sabe até que ponto estas imagens dos *media* contribuem para um quadro mais correcto e exacto ou, então, mais distorcido e exagerado da realidade que os migrantes venham a descobrir por eles próprios nos países para onde migram.

Assim a primeira questão de base que coloco é saber qual a influência que os *media* tiveram no processo de migração dos indivíduos dos países de Leste para Portugal. Porquê imigrantes destes países e não de outros quaisquer? Devido à proximidade geográfica com o nosso país, à recente integração de dois deles (Roménia e Bulgária) na União Europeia, o que deverá ter tido, em princípio, uma maior influência no acesso que têm aos *media* e a informação sobre outros países europeus, nomeadamente Portugal, e devido ao contacto que tive com imigrantes búlgaros no ACIDI, o que me poderá facilitar o acesso a esta comunidade.

Esta é claramente uma lacuna nas investigações realizadas em Portugal na área de *media* e imigração e que interessa investigar. Aqui a perspectiva será do lado das audiências, ou seja, perceber qual foi, se é que existiu, a influência dos *media* na promoção de Portugal como um bom destino para emigrar. Mesmo em contextos de longo historial migratório e

² “*Media and Migration. Constructions of mobility and difference*”. Routledge. 2001

intensa produção académica neste campo, como o britânico, mantêm-se relativamente raros os estudos sobre minorias como audiências mediáticas, ou seja, os seus membros são raramente escutados acerca das leituras e apropriações que fazem dos *media* (Carvalho, 2008). Pouco se sabe acerca da influência que os *media* dos países de origem de imigrantes têm em instigar os indivíduos a emigrar (Wood e King, 2001). Tanto as migrações como os *media* são dois ricos campos interdisciplinares de estudo. Sobrepõem-se de várias formas, mas as suas interligações estão pouco exploradas. Estes dois investigadores britânicos tentaram perceber como é que os *media* influenciam, dão forma ou determinam o conhecimento, atitudes e comportamentos dos cidadãos europeus e britânicos no que diz respeito aos processos de migração contemporânea. Desta análise a eventos migratórios específicos e aos contextos nacionais com os quais se relacionam resultou um quadro complexo em que as perspectivas e as abordagens por vezes se encaixam, mas que igualmente podem manter-se em contraste entre si. Os autores tentaram salientar estes pontos de convergência e de divergência, que detalho mais à frente.

Ainda dentro deste campo dos efeitos dos *media*, outra área pouco analisada é o seu efeito dos *media* na promoção da desigualdade étnica. Para esta área, os estudos realizados por Teun van Dijk sobre *media* e racismo são uma referência e serão abordados mais à frente no ponto “Efeitos dos *media* na sociedade”. Segundo Dijk, nas últimas décadas tem vindo a existir um maior apoio, especialmente por parte da imprensa liberal, aos direitos das minorias. Ainda assim, Dijk afirma que a discriminação racial existe e que os *media* têm um papel fundamental na sua existência, ao partilhar e contribuir para o consenso dominante da elite branca sobre assuntos étnicos, segundo o qual as sociedades ocidentais não são racistas. A negação do racismo constitui uma das estratégias maiores dos *media* e das elites brancas na sua auto-representação positiva como líderes morais da sociedade. Quanto aos tópicos das notícias, ainda se centram nos temas imigração, crime, violência, diferenças culturais e relações de raça.

Esta análise feita aos tópicos das notícias sobre imigração e minorias étnicas tem vindo a ser realizada em Portugal e foca-se mais à frente no ponto “Estudos realizados em Portugal”. No entanto, a influência propriamente dita que os *media* portugueses têm na promoção da desigualdade étnica tem sido pouco ou nada estudada. Assim, embora possa

parecer um pouco ambicioso, o que proponho é realizar paralelamente uma investigação sobre estas questões, ligada, por razões de conveniência, ao mesmo grupo de imigrantes.

Digamos que por um lado pretendo saber qual o papel que os *media* têm em fomentar a vinda destes imigrantes para Portugal e, por outro, pretendo saber qual a influência que os *media* têm no acolhimento destes ao contribuir (ou não) para a promoção de desigualdades étnicas.

Gostaria de salientar que nenhuma investigação é estática e, da mesma forma, que o próprio plano de investigação tem vindo a sofrer alterações desde que começou a ser feito, é natural que ao longo da investigação encontre outros caminhos que considere interessantes investigar ou venha a ter necessidade de restringir a investigação em alguns pontos.

Neste plano começo por introduzir alguns conceitos relacionados com a temática imigração e minorias étnicas. Depois, penso ser importante dar uma perspectiva de qual tem sido a evolução dos processos migratórios mundial, europeu e português e qual a influência que a opinião pública (formada a partir dos *media*) tem no processo de criação das políticas de imigração europeia. A seguir, partindo de qual é a perspectiva europeia relativamente à imigração, foco a sua posição relativamente ao papel dos *media* nas questões relacionadas com a imigração e minorias étnicas. De seguida, foco os efeitos dos *media* nos processos de migração e na promoção das desigualdades étnicas e, em comparação, o que tem sido produzido em Portugal na área de *media* e imigração. E, finalmente, apresento as minhas hipóteses e proponho uma metodologia de investigação.

2 Perspectivas Conceituais

2.1 Imigrante e estrangeiro

Embora frequentemente utilizados como sinónimos, os termos “imigrante” e “estrangeiro” não significam o mesmo. O “imigrante” pode definir-se como alguém que, tendo migrado para um outro país, aí passa a residir durante um período continuado, normalmente, pelo menos um ano.

O critério “espaço” associado à mudança de residência e de país é um atributo fundamental desta noção, na medida em que ser-se imigrante implica necessariamente um movimento entre dois países. Por outro lado, o factor tempo também está presente na identificação de um imigrante, ou seja, é necessário existir uma fixação de residência com carácter contínuo no território de destino. Atendendo à recomendação das Nações Unidas só deve ser entendido como residente permanente aquele que tenha residido num mesmo local por um período igual ou superior a um ano (Rosa, Seabra e Santos, 2003).

Um imigrante, ou seja, alguém que não residindo num determinado país aí entrou para fixar a sua residência, pode ser um cidadão nacional ou estrangeiro. Tal significa que nem todos os imigrantes têm nacionalidade estrangeira. É o caso, por exemplo, daqueles que nasceram noutro país mas que residem em Portugal e que têm a nacionalidade portuguesa (Rosa, Seabra e Santos, 2003).

É habitual associar-se a noção de estrangeiro à de imigrante, pelo facto de o estrangeiro ser alguém que tem uma nacionalidade diferente da do país onde reside. Mas embora os conceitos de imigrante e de estrangeiro possam parecer semelhantes, a realidade é que existem algumas diferenças significativas (Rosa, Seabra e Santos, 2003).

Enquanto o conceito de imigrante se funda num critério geográfico, o conceito de estrangeiro assenta num critério jurídico. Embora os estrangeiros possam algum dia ter imigrado, isto nem sempre se verifica (Rosa, Seabra e Santos, 2003).

Há estrangeiros naturais de Portugal que nunca imigraram. Nesta situação incluem-se uma larga parte dos nascidos em Portugal filhos de pais ambos estrangeiros, sendo o princípio do *ius soli*, que estabelece como critério originário de atribuição de nacionalidade o território onde nasceu o indivíduo, só aplicável, de acordo com a legislação em vigor mediante certas circunstâncias. A alteração à Lei da Nacionalidade Portuguesa introduzida pela Lei Orgânica nº 2/2006, de 17 de Abril, que entrou em vigor em 15 de Dezembro de 2006, veio reforçar este princípio, como critério de atribuição e aquisição da nacionalidade:

a) Atribui-se nacionalidade originária aos imigrantes de terceira geração (nascidos em Portugal, filhos de estrangeiros que também já nasceram em Portugal);

b) Atribui-se a nacionalidade originária aos imigrantes de segunda geração (nascidos em Portugal, filhos de estrangeiros), quando pelo menos um dos progenitores resida legalmente em Portugal há 5 anos (antes da alteração era 6 anos para os da CPLP e 10 anos para os outros – e todos tinham que ter autorização de residência. Agora é qualquer título válido);

c) Concede-se o direito à nacionalidade por naturalização aos menores imigrantes de segunda geração (crianças nascidas em Portugal) cujos pais se legalizem e estejam legais há 5 anos ou que concluam aqui o primeiro ciclo do ensino básico;

d) Admite-se a aquisição da nacionalidade por naturalização aos imigrantes de segunda geração (que aqui tenham nascido) quando atinjam a maioridade, tendo aqui permanecido nos últimos 10 anos (ainda que em situação irregular).

No entanto, o sistema continua a privilegiar o *ius sanguini* ou direito de sangue. Na aquisição originária por filiação não há, praticamente, outros requisitos, enquanto para o *ius soli* há normalmente a regra da legalidade dos pais.

2.2 Globalização e diálogo intercultural

Para definir “globalização” diferentes abordagens poderão ser tomadas, umas mais ligadas a uma dimensão económica, outras mais ligadas a dimensões sociais, políticas e culturais.

Os sociólogos utilizam o termo “globalização” quando se referem aos processos que intensificam cada vez mais a interdependência e as relações sociais a nível mundial. Não se deve pensar em globalização apenas como o desenvolvimento de redes mundiais, sistemas económicos e sociais afastados das preocupações individuais de cada um. É também um fenómeno local, que afecta a vida quotidiana de todos os indivíduos. Por globalização entende-se o facto de vivermos cada vez mais num “único Mundo”, pois os indivíduos, os grupos e as nações estão cada vez mais interdependentes (Giddens, 2007).

Muitas definições de globalização centram-se na nova economia mundial, que emergiu nas últimas duas décadas como consequência da intensificação dramática da transnacionalização da produção de bens e serviços e dos mercados financeiros – um processo através do qual as empresas multinacionais ascenderam a uma preeminência sem precedentes como actores internacionais (Sousa Santos, 1997).

Analisando o tema de uma perspectiva social, política e cultural, a “globalização” são, de facto, conjuntos diferenciados de relações sociais. Diferentes conjuntos de relações sociais dão origem a diferentes fenómenos de globalização. Neste sentido, não existe estritamente uma entidade única chamada globalização, existem, em vez disso, globalizações. Ainda assim, pode definir-se “globalização” como o processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival (Sousa Santos, 1997).

A globalização, ao intensificar a interdependência entre países, intensifica também a necessidade de um diálogo entre culturas diferentes. Quando se fala em trocas entre diferentes culturas e não apenas entre saberes, é porque existe “diálogo intercultural”. Compreender outra cultura não é fácil, daí que Boaventura Sousa Santos³ proponha a utilização de uma “hermenêutica diatópica” como procedimento guia, ou seja, uma interpretação da outra cultura, levando em conta que a nossa própria cultura não é completa.

³ Santos, Boaventura de Sousa. "Por uma concepção multicultural de direitos humanos". In Revista Lua Nova n.º 39. São Paulo, CEDEC, 1997.

Na área dos direitos humanos e da dignidade humana, a mobilização de apoio social para as possibilidades e exigências emancipatórias que eles contêm só será concretizável na medida em que tais possibilidades e exigências tiverem sido apropriadas e absorvidas pelo contexto cultural local. Apropriação e absorção, neste sentido, não podem ser obtidas através da canibalização cultural. Requerem um diálogo intercultural e uma hermenêutica diatópica (Sousa Santos, 1997).

A hermenêutica diatópica baseia-se na ideia de que os “topoi” de uma dada cultura, por mais fortes que sejam, são tão incompletos quanto a própria cultura a que pertencem. Os “topoi” são premissas de argumentação que, por não se discutirem, dada a sua evidência, tornam possível a produção e a troca de argumentos. A incompletude dos “topoi” não é visível do interior dessa cultura, uma vez que a aspiração à totalidade induz a que se tome a parte pelo todo. O objectivo da hermenêutica diatópica é ampliar ao máximo a consciência de incompletude mútua através de um diálogo que se desenrola, por assim dizer, com um pé numa cultura e outro, noutra. Nisto reside o seu carácter dia-tópico. (Sousa Santos, 1997).

Um exemplo de hermenêutica diatópica, que Boaventura Sousa Santos apresenta, é a que pode ter lugar entre a cultura ocidental, a cultura hindu e a cultura islâmica, quando se fala em direitos humanos.

A hermenêutica diatópica mostra-nos que a fraqueza fundamental da cultura ocidental consiste em estabelecer dicotomias demasiado rígidas entre o indivíduo e a sociedade, tornando-se assim vulnerável ao individualismo possessivo, ao narcisismo, à alienação e inexistência de uma lei. De igual modo, a fraqueza fundamental das culturas hindu e islâmica deve-se ao facto de nenhuma delas reconhecer que o sofrimento humano tem uma dimensão individual irredutível, a qual só pode ser adequadamente considerada numa sociedade não hierarquicamente organizada (Sousa Santos, 1997).

Assim, para que possa existir diálogo intercultural, é necessário que cada cultura reconheça as suas incompletudes, especialmente, no diálogo entre culturas que partilham um passado de trocas desiguais, em que uma foi moldada pela outra, como é o caso de países colonizadores e ex-colónias.

O segundo imperativo intercultural, e o mais difícil de atingir e obter para que possa existir diálogo intercultural, é o de, em concepções concorrentes de igualdade e diferença, as pessoas e os grupos sociais terem o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza (Sousa Santos, 1997).

2.3 Etnicidade e minoria étnica

Os membros dos grupos étnicos vêem-se a si próprios como culturalmente distintos dos outros grupos de uma sociedade e são vistos por estes mesmos grupos como tal. As práticas culturais e modos de entender o Mundo que distinguem uma dada comunidade das restantes traduzem-se no conceito de Etnicidade (Giddens, 2007). A integração destes grupos étnicos na sociedade não é, porém, fácil e dela resultam conflitos sociais e identitários.

Os membros de um grupo minoritário estão em desvantagem em relação à maioria da população e têm um certo sentido de solidariedade de grupo. A experiência de serem objecto de preconceito e discriminação amplifica normalmente os sentimentos de lealdade e interesses comuns (Giddens, 2007). Em Portugal, esta situação abrange, sobretudo, os imigrantes de origem africana em posições socioeconómicas hierarquicamente mais baixas. De forma a compensar a escassez de recursos próprios e não havendo medidas estatais de regulação da imigração, tendem a criar redes de sociabilidade intramigrantes, concentrando-se também em termos residenciais, o que os torna alvos fáceis de estigmatização e discriminação (Pires, 2000).

Muitas vezes os membros de um grupo minoritário são considerados “minoría” não por serem quantitativamente menos do que a maioria, mas devido à posição subordinada que ocupam na sociedade. Existem muitos casos em que a “minoría” é de facto a maioria. Isto ocorre porque o termo “minoría” capta as suas posições desvantajosas. As mulheres são, por vezes, descritas como um grupo minoritário, embora em muitos países constituam a maioria numérica. Assim, como as mulheres tendem a estar em desvantagem em relação aos homens, o termo também se lhes aplica (Giddens, 2007).

Um outro factor que permite definir uma minoria étnica é a existência de poucos casamentos entre membros de grupos minoritários e majoritários, ou entre membros de grupos minoritários diferentes. As pessoas dentro desses grupos promovem muitas vezes a “endogamia” (casamento dentro do próprio grupo) para salvaguardar a sua própria identidade (Giddens, 2007). Um exemplo, é o caso dos indivíduos de etnia cigana que, embora não sejam imigrantes ou estrangeiros, são uma minoria étnica. Independentemente do seu número face ao total da população possuem esta característica que os define como tal, para conservarem a organização social da sua comunidade, suportam-se nos laços criados pelas trocas matrimoniais entre grupos da mesma etnia, sujeitos a certas regras e leis comuns.

A palavra “étnico” é uma categoria para tudo o que fica fora do grupo ou da cultura dominante, sobretudo quando esta é branca e ocidental. Embora a etnicidade enquanto conceito tenha sido utilizada para repudiar e ultrapassar discursos racistas, dentro das ciências sociais tem sido muitas vezes usada de forma intermutável e problemática com conceitos de “raça”. A etnicidade é convencionalmente entendida como significando características comuns ou partilhadas, atribuídas a origem comum. Como o termo “eticidade” abrange qualidades e atitudes culturais, presume-se com frequência uma correlação aparentemente natural entre linhagem genética e identidade cultural. Ao explicar a identidade cultural através da constituição biológica, o conceito de etnicidade pode levar a conclusões redutoras e ao essencialismo cultural: “Eles são assim porque está no seu sangue” (Hartley, 2004).

Como acontece com o termo “raça”, a etnicidade de uma pessoa pode ser construída como algo predeterminado e que não se pode evitar. Quando a isto se juntam as ideias de diversidade, subordinação, marginalidade e de exotismo, a etnicidade pode implicar que a cultura e o estatuto de uma pessoa são fixos e inevitáveis, e que é isso que a confirma nesse estatuto. A etnicidade é muitas vezes utilizada em concepções de Nação, para consolidar a identidade nacional como algo típico de um território geográfico particular. No entanto, a identidade nacional invocada pelo termo etnicidade não é geralmente a da própria pessoa, mas a de outros países/culturas (Hartley, 2004).

O trabalho de Stuart Hall teve influência no desenvolvimento de novos entendimentos de etnicidade, como algo de que toda a gente faz parte. Para Hall a

etnicidade “reconhece o lugar da História, da língua e da cultura na construção da subjectividade e identidade, bem como o facto de que todo o discurso é colocado, posicionado e situado, e todo o conhecimento é contextual” (Hall, 1988). A etnicidade é crucial para a formação da identidade, contudo não é algo predeterminado ou completo. A etnicidade, para Hall, é um “projecto”, algo que moldamos continuamente e através do qual nos posicionamos.

2.4 Multiculturalismo e cultura

O multiculturalismo surgiu na segunda metade do século XX, sobretudo como resposta a exigências políticas efectuadas por minorias étnicas. Os países que se confrontavam com populações que continham grupos culturais distintos, em resultado das políticas de migração, começaram a aceitar que a assimilação não era possível ou não era desejada pela maior parte dos grupos. Em resultado disso, a migração assumiu uma maior importância. Já não era simplesmente um meio de aumentar a população, mas algo culturalmente significativo, que exigia reconhecimento e apoio governamentais (Hartley, 2004).

O termo multiculturalismo tem três componentes. Primeiro, tem algo que ver com cultura. Segundo, aponta para uma pluralidade de culturas. Terceiro, refere-se a uma maneira específica de responder a essa pluralidade. Como cultura entende-se um modo de vida, ou seja, uma forma de entender, estruturar, conduzir e falar sobre a vida humana, englobando tudo aquilo que é necessário para esse propósito. Uma sociedade contendo várias culturas é multicultural. Assim, uma sociedade multicultural é aquela que inclui diversas comunidades culturais com as suas diferentes concepções do Mundo, sistemas de valores, formas de organização social, histórias, costumes e práticas, que se tocam em alguns pontos (Pareck, 1997).

O advento do multiculturalismo como programa governamental significou um desvio deliberado na forma como os Estados-nação optaram por se representar historicamente. Em vez de projectar uma ideia da nação como grupo unificado e culturalmente homogéneo, o multiculturalismo reconhece que a sociedade contemporânea

é constituída por grupos diversos e distintos. As políticas oficiais do multiculturalismo pretendem privilegiar a aceitação social da diferença enquanto algo legítimo e valioso, em detrimento da “assimilação” de migrantes ou de povos indígenas (Hartley, 2004).

Os primeiros trabalhos sobre multiculturalismo defendiam a “tolerância” como meio de viver pacificamente numa sociedade constituída por grupos díspares. Estes foram substituídos pelas exigências de afirmação pública e de respeito pela diferença, já que a tolerância pode ter implicação negativa de “admitir a validade da desaprovação da sociedade e de confiar no seu autodomínio” (Pareck, 2000).

2.5 Estudos Culturais, multiculturalismo e cultura dos *media*

Nos anos mais recentes, os estudos culturais emergiram como uma série de abordagens ao estudo da cultura e da sociedade. Este projecto foi inaugurado pela University of Birmingham Centre for Contemporary Cultural Studies, a qual desenvolveu uma variedade de métodos críticos para a análise, interpretação e criticismo dos artefactos culturais. Através de uma série de debates internos e respondendo às pressões sociais e movimentos dos anos 60 e 70, o grupo de Birmingham foi o primeiro a estudar os efeitos dos jornais, rádio, televisão e filmes nas audiências.

Para os estudos culturais, a cultura dos *media* fornece os materiais para construir visões do Mundo, comportamentos e mesmo identidades. Aqueles que, de forma não crítica, seguem os ditames da cultura mediática tendem a tornar-se parte do “mainstream”, de acordo com a moda, os valores e os comportamentos dominantes. Os estudos culturais estão também interessados em saber como é que os grupos de subculturas e os indivíduos resistem às formas dominantes de cultura e identidade, criando o seu próprio estilo e identidades.

Devido a que se focam nas representações de raça, género e classe, e na crítica de ideologias que promovem várias formas de opressão, os estudos culturais assentam num programa multicultural que demonstra como a cultura reproduz certas formas de racismo, sexismo, e enviesamentos contra membros ou classes subordinadas, grupos sociais ou

formas de vida alternativas. O multiculturalismo afirma que vale a pena a existência de diferentes tipos de cultura e de grupos culturais, argumentando que as vozes marginais têm a sua própria validade e importância.

Os estudos culturais promovem assim uma política multiculturalista e uma pedagogia dos *media* que tenham como objectivo fazer com que as pessoas se tornem sensíveis a como as relações de poder e de dominação são “codificadas” em textos culturais, como aqueles que surgem na televisão e nos filmes. Os estudos culturais podem mostrar como é que a cultura mediática nos manipula e nos doutrina e, por outro lado, pode capacitar os indivíduos para resistir aos objectivos e significados dominantes dos produtos da cultura mediática e criar os seus próprios objectivos e significados.

3 Movimentos migratórios, políticas e opinião pública

3.1 Movimentos migratórios

Entre o início e o fim do século XX a população mundial mais do que triplicou, ultrapassando actualmente os seis mil milhões de pessoas. Foi a partir da segunda metade do século passado que esse crescimento mais se acentuou. Se entre o segundo e o terceiro milhar de milhão de pessoas passaram 33 anos (1927-1960), do quinto para o sexto apenas se levou 12 anos (1987-1999).

Os movimentos migratórios internacionais são reflexos deste rápido aumento da população, sendo que o número de pessoas e de países implicados nesses fluxos também está a subir significativamente. Segundo as estimativas das Nações Unidas⁴, no ano 2000, 175 milhões de pessoas (3 por cento da população mundial) residiam num país diferente do seu país de nascimento, mais do dobro do que em 1970.

⁴ Cf. Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat (2002), International Migration Report (2002), NY

Num contexto em que coexistem diversas realidades demográficas, os movimentos migratórios desempenham um papel de corrector dessas assimetrias: de um lado, as zonas emissoras (menos desenvolvidas), em franco crescimento demográfico, menos envelhecidas e com níveis de mortalidade e de fecundidade mais elevados; do outro, as zonas receptoras (mais desenvolvidas), em processo de estagnação ou de decréscimo populacional, mais envelhecidas e com baixos níveis de mortalidade e de fecundidade. Com efeito, são precisamente as regiões mais desenvolvidas do Mundo (que equivaliam a cerca de 20 por cento da população mundial, em 2000) que concentram o maior *stock* de migrantes (60 por cento), com o continente europeu a destacar-se em termos dessa representatividade (Rosa, Seabra e Santos, 2003).

Circunscritas até há pouco tempo a alguns países de acolhimento e a algumas nações ou regiões de saída de migrantes, em espaços frequentemente marcados por um passado colonial, as migrações internacionais reconfiguram-se em decorrência da emergência de novas formas de mobilidade e de novos migrantes originários de zonas geográficas anteriormente pouco envolvidas em fluxos intensos de população, como a Ásia Central e Oriental e a Europa do Leste (Cogo, 2006).

Na Europa⁵, na segunda metade do século XX a população passou de 295 milhões para 376 milhões, sendo que, nas últimas décadas daquele século, o crescimento populacional foi desacelerando. Actualmente, com níveis de fecundidade inferiores ao limiar de substituição de gerações (1,5 filhos por mulher, em 2000) e com uma esperança de vida à nascença bastante elevada (75 anos para os homens e 81 anos para as mulheres, em 2000), o crescimento natural da população da Europa aproxima-se do nível zero. Em estreita ligação com os baixos níveis de fecundidade e de mortalidade está a tendência de envelhecimento demográfico que, inclusivamente, já valeu a esta região a denominação de “continente grisalho” (Rosa, Seabra e Santos, 2003).

Perante uma dinâmica natural cada vez mais ténue, os saldos migratórios tornam-se a componente essencial do crescimento demográfico a observar neste espaço, sendo que, na segunda metade da década de 90, se observaram saldos migratórios positivos em todos os Estados-membros, sem excepção. As migrações internacionais, em especial a imigração,

⁵ Europa dos quinze

adquirem, assim, progressiva importância estatística: em 1999, 13 milhões de cidadãos da UE (3,4 por cento da população) eram nacionais de países terceiros, o que equivale a um aumento de 50 por cento desde 1985 (Rosa, Seabra e Santos, 2003).

Em Portugal, as modificações demográficas das últimas décadas têm vindo a encurtar a distância que separa a demografia portuguesa da dos outros países europeus, em especial do Norte e Centro da Europa (Rosa, 2000. a). A dinâmica natural da população de Portugal é cada vez menor, aumentou a tendência para o envelhecimento e a componente principal dos saldos migratórios externos passou a ser a imigração (Rosa, Seabra e Santos, 2003).

De 1981 a 2001 o número de estrangeiros titulares de autorização de residência, cartão de residência ou, mais recentemente, de autorização de permanência aumentou mais do que seis vezes, sendo que o total da população residente em Portugal aumentou, nesse período, apenas 5 por cento (Rosa, Seabra e Santos, 2003).

3.1.1 Primeira vaga de imigração – PALOP

O fim do império colonial português provocou o retorno a Portugal de 500 mil nacionais, dos quais 59 por cento tinham nascido na metrópole. Os restantes incluíam os seus descendentes, bem como pessoas de naturalidade e ancestralidade africana de nacionalidade portuguesa (Pires, 1984). O Decreto-lei nº 308-A/75, de 24 de Julho, ao retirar a nacionalidade portuguesa a uma parte substancial destes portugueses, criou retroactivamente uma comunidade “imigrante”, de ancestralidade africana, que foi crescendo devido a um processo de reunificação familiar. Em 1981 existiam 27 mil nacionais dos PALOP, que representavam 43 por cento da população estrangeira legalmente residente em território nacional (Baganha, 2005).

Em 1986, com a entrada de Portugal para a Comunidade Económica Europeia e com os investimentos em construção de infra-estruturas que desde então se começaram a verificar, as oportunidades de trabalho indiferenciado fizeram crescer o mercado de trabalho nacional. Estas oportunidades vieram atrair um número crescente de familiares e

contrerrâneos africanos que tinham permanecido nos seus países após a independência. Como o meio de entrada legal mais expedito e eficaz era o recurso aos vistos de curta duração, isto fez com que se radicassem em território nacional e, sobretudo, na área metropolitana de Lisboa, um número crescente de imigrantes dos PALOP sem autorizações de residência. Ou seja, formou-se uma bolsa de clandestinos, que desde meados dos anos 80 cresceu ininterruptamente e cuja presença era tanto do conhecimento público como das autoridades competentes (Baganha, 2005).

Apesar desse conhecimento, não houve, até ao início dos anos 90, qualquer iniciativa legislativa para regular o fluxo migratório ou a presença crescente de imigrantes em Portugal. Só no início dos anos 90, com a adesão ao acordo de Schengen, o então ministro da Administração Interna, Dias Loureiro, lançou um processo de Regulação Extraordinária, que incluía medidas de discriminação positiva em relação aos nacionais de países de língua oficial portuguesa. O objectivo político era limitar a entrada de mais imigrantes até que as comunidades que já existiam no país estivessem integradas. No entanto, nada de substancial foi alterado na concessão de vistos de curta duração e os imigrantes continuaram a entrar, tal como tinha acontecido na década de 80, só que agora em maior número. Em 1996 dá-se uma nova Regularização Extraordinária. Dos 35 mil processos recebidos, 90 por cento deram origem à emissão de um título de residência, o que fez reduzir drasticamente o número de ilegais (Baganha, 2005).

3.1.2 Segunda vaga de imigração – Brasil e Países de Leste

Com a entrada em vigor, em Março de 1995, da Convenção da Aplicação de Schengen, deixou de ser necessária a consulta prévia para a concessão de visto aos nacionais da Rússia, Ucrânia, Roménia e outros Países do Leste Europeu. Por outro lado, o Brasil estava, no final dos anos 80, a braços com uma crise económica. Estes factos potenciaram a vinda para Portugal de imigrantes destas regiões do Mundo. A esta nova situação o poder político respondeu com amnistias parciais, apenas destinadas a trabalhadores que pudessem provar a existência de vínculos laborais, e com a concessão de autorizações de permanência temporárias. Em 2003, a assinatura do Acordo de

Contratação Recíproca de Nacionais, celebrado entre Portugal e o Brasil, veio permitir a legalização destes imigrantes brasileiros. Entre 2001 e 2003 regularizou-se a permanência em território nacional de 184 mil imigrantes (Baganha, 2005).

3.1.3 População imigrante em Portugal

Em 2005, a importância relativa dos cidadãos estrangeiros na população residente era de 4,5 por cento, contra 0,5 por cento em 1981. Na população activa representam 9 por cento do total, sendo as origens geográficas dos imigrantes cada vez mais diversificadas, vindo muitos deles de países sem laços culturais, linguísticos, económicos ou históricos fortes com o nosso país. São disto exemplo indivíduos oriundos do Bangladesh e Paquistão, do Senegal e Congo, e os moldavos, ucranianos, russos e romenos (Esteves, 2007).

O facto de a maioria dos imigrantes ilegais vir de países cada vez mais longínquos e sem qualquer vínculo a Portugal parece, no entanto, ainda não ter sido reconhecido pelas elites políticas portuguesas, que continuam a subscrever políticas de regulação de fluxos como se a imigração fosse, como nos anos 80 e 90, essencialmente proveniente de países lusófonos. Até 2004, 59 por cento da população estrangeira com título válido de residência, obteve-o de forma extraordinária, o que revela o carácter reactivo da política de imigração portuguesa, que reconhece sucessivamente a falência dos mecanismos de regulação que implementou (Baganha, 2005).

Segundo dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, em 2005, tinham residência autorizada em Portugal mais de 276 mil cidadãos não-nacionais provenientes de 172 países. A estes é necessário adicionar perto de 147 mil cidadãos estrangeiros com outro tipo de título legal. Esta diversidade representa uma riqueza para Portugal nos mais diversos sentidos (demográfico, económico, cultural, entre outros), mas coloca desafios que requerem grandes investimentos ao nível da promoção da coesão social e da gestão da diversidade cultural. A ausência de laços entre os grupos humanos é geradora de fragmentações e clivagens que conduzem a tensões, conflitos e ausência de participação cívica (Esteves, 2007).

3.2 Opinião Pública e políticas de Imigração

Uma das questões que se tem vindo a colocar, e que tem sido alvo de estudo por parte de investigadores na área da imigração, é se a opinião pública conta e influencia as políticas comunitárias no que diz respeito à imigração ou se, pelo contrário, é ignorada. Se de facto a opinião pública influencia as políticas europeias de imigração, então importa saber como.

Outra das perguntas quando se fala da relação entre imigração e opinião pública, nomeadamente no contexto da União Europeia, é a de saber se esta opinião que se forma acerca da imigração e dos imigrantes é um reflexo objectivo das condições e realidades da imigração.

Num estudo realizado por Gallya Lahav, investigadora da State University of New York, a proposta foi a de examinar se, tal como outros investigadores assumem (Betts, 1988; Beck & Camarota, 2002; Fetzer, 2000; Freeman, 1995; Hansen, 2000), existe uma desconexão entre as elites e os públicos no que respeita a políticas de imigração em países industrializados. O papel da opinião pública em influenciar a política de imigração e asilo político da União Europeia tem vindo a ser ignorado por estes investigadores e a crescente harmonização das políticas nacionais de imigração e asilo político nos Estados Membros tem sido vista como resultado de uma opinião pública desinformada, cujos interesses pessoais são desperdiçados por quem faz as políticas. Lahav refuta esta visão, demonstrando que a opinião pública está mais bem informada do que se presume relativamente às questões de imigração, que as suas preferências no que diz respeito a estas políticas reflectem os seus interesses sociais e que as normas de política de imigração reflectem a opinião pública.

Existem razões para o cepticismo daqueles investigadores na área de imigração europeia. Em primeiro lugar, durante muito tempo, as políticas de imigração foram feitas na ausência de qualquer debate público (Guiraudon, 1997; Tichenor, 2002). Em segundo, numa política económica global, onde os direitos humanos e a livre circulação estão embutidos, os Estados têm sido vistos como estando limitados em política de regulação das migrações (Hollifield, 1992; Sassen, 1991, 1996; Soysal, 1994). Mais especificamente, foi

assumido que a criação de regimes internacionais de imigração e cooperação seriam inevitáveis, independentemente das preferências dos públicos. Muitos destes estudiosos concordam que as condicionantes externas, quer por parte de elites (McLaren, 2001) quer por parte de estruturas internacionais, estabeleceram os parâmetros de debate, orientando-se para políticas mais liberais e de imigração aberta (Freeman, 1995; Hollifield, 1992). No entanto, estas investigações não conseguem explicar por que é que as políticas de imigração têm sido até agora tão limitadas e fragmentadas (Geddes, 2000; Guiraudon, 2000; Guiraudon & Lahav, 2000),

Há razões para acreditar que a opinião pública influencia, de facto, a forma como as políticas de imigração da União Europeia são feitas e que esta não está tão mal informada como se poderia presumir à partida. Segundo Lahav, um melhor entendimento do enquadramento demográfico é bastante útil para explicar o porquê de o problema da imigração ser percebido como maior nuns países do que noutros. O grau de preocupação dos europeus com a imigração está mais relacionado com a proporção de imigrantes não-europeus no seu país do que com o tamanho das comunidades estrangeiras. Sendo esta percentagem de imigrantes não-europeus a direccionar as atitudes face à imigração, isto vem dar crédito à existência de uma opinião pública racional e informada. Quando os europeus indicam que os imigrantes são um problema, isto talvez queira dizer que são resistentes a uma potencial desestabilização da sua identidade nacional e cultural, o que não é surpreendente dado o efeito que a ameaça cultural tem nas preferências dos europeus face a assuntos ligados à imigração (McLaren, 2001; Thrändhardt & Miles, 1995; Fetzer, 2000; Zolberg, 1981; Zolberg & Long, 1999). Este tipo de tendência sugere que a atitude face aos imigrantes talvez não seja tão aleatória ou volátil, mas que, pelo contrário, se fundamente em circunstâncias mais objectivas.

É importante distinguir entre o que são as motivações pessoais de cada um e as motivações sociais. Segundo Lahav parece vir daqui a aparente desconexão entre opinião pública e política de imigração. A prevalência de factores sociais no influenciar das preferências quanto à imigração sugere que o desenvolvimento das políticas europeias estão mais alinhadas com a atitude pública do que os interesses pessoais e o debate público, por si só, poderiam prever. Esta discrepância entre a atitude pessoal e a atitude pública revela-se em outras áreas ligadas à imigração. Quando a avaliação se centra em considerações

económicas, a atitude baseia-se mais em condições nacionais do que pessoais. À medida que os cidadãos europeus se tornam cada vez mais pessimistas quanto à prospecção de emprego no seu país, a possibilidade de acreditarem que há demasiados estrangeiros não-europeus entre eles é maior.

No entanto, apesar de se ter encontrado uma correlação entre a expectativa de uma pior situação de emprego no país e o achar que existem demasiados estrangeiros não-europeus, não se encontrou a mesma correlação entre estar desempregado e um maior grau de sentimento racista ou xenófobo⁶.

Estas conclusões estão em consonância com o argumento de que o medo dos imigrantes está mais directamente ligado a uma tendência social geral do que a factores pessoais. Assim, a oposição à imigração cresce mais como resultado da integração europeia ou de preocupações com o estado da nação, cultura, economia nacional ou outros factores sociais do que com a ameaça pessoal da imigração (Lahav, 2004).

No caso específico de Portugal, segundo o Eurobarómetro publicado em Dezembro de 2006, que reúne resultados sobre Opinião Pública na União Europeia, o desemprego e a situação económica do País são os temas que mais preocupavam os portugueses. Quanto à imigração, os portugueses estavam visivelmente menos preocupados com a imigração do que os seus homólogos europeus. Aliás, a preocupação com a imigração vinha em último lugar quando se falava dos principais problemas que o país enfrentava. Enquanto 21 por cento dos cidadãos da União salientavam a imigração como um problema que o seu país enfrentava, em Portugal essa temática preocupava apenas 3 por cento dos cidadãos. Este sentimento face à imigração estava em congruência com o que os portugueses pensavam sobre o contributo dos imigrantes para o país. Com efeito, Portugal era o segundo Estado-membro, após a Suécia, cujos cidadãos mais defendiam que os imigrantes constituem um contributo importante para o país. Mesmo quando se falava de soberania, Portugal era mais favorável (27 por cento) a uma tomada de decisão em conjunto com a UE no que respeita à imigração do que a média da UE (18 por cento).

⁶ Eurobarómetro, 1997

4 *Media*, imigração e opinião pública

O Conselho da Europa, organização internacional, criada em 1949, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, tem como propósitos a defesa dos direitos humanos, o desenvolvimento democrático e a estabilidade político-social na Europa. Em recomendações feitas aos Estados-membros, no início dos anos 80, esta instituição já sublinhava a importância do papel dos *media* no combate ao racismo, xenofobia, intolerância, propaganda fascista e terrorismo.

Nos anos 90, a posição europeia sobre a responsabilidade dos *media* na promoção ou desvalorização da imagem das populações imigrantes e de minorias étnicas ficou clara na recomendação 1277, “Migrantes, minorias étnicas e *media*”. Emitida em 1995 pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, sublinhava a influência que a representação destas populações nos *media* pode ter na diminuição ou aumento de sentimentos racistas e na confirmação ou negação de estereótipos (H. Santos, 2005):

“1. A apresentação por parte dos *media* de assuntos ligados a imigrantes e minorias étnicas tem uma influência significativa na opinião pública. Apesar de os *media* constituírem um meio importante de combater visões racistas e xenófobas, preconceitos e ideias preconcebidas, eles também podem ter um papel na emergência ou no reforço dessas visões”.

“2. Os migrantes e as minorias étnicas têm o direito de ser retratados exaustivamente e imparcialmente nos *media*. Esta é uma pré-condição para que todos os cidadãos tenham uma visão mais racional da imigração e do multiculturalismo e aceitem pessoas de origem imigrante ou membros de minorias étnicas como seus pares.”⁷

Ainda assim subsistem os casos em que o tratamento mediático de acontecimentos relacionados com imigrantes não respeita estas recomendações e que são alvo de análise por parte de investigadores nesta área.

⁷ Council of Europe. Parliamentary Assembly. Recommendation 1277 (1995)¹ on migrants, ethnic minorities and *media*.

4.1 Acontecimentos e análise mediática

4.1.1 Caso “Arrastão de Carcavelos”

Para melhor compreender todo o processo ligado ao que se passou na praia de Carcavelos no dia 10 de Junho de 2005, ao qual se convencionou chamar “arrastão”, o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME, actual ACIDI), passado um ano sobre os acontecimentos, sentiu a obrigação de publicar alguns documentos que ajudassem a percebê-lo. «Após todos os relatórios e esclarecimentos públicos permanece para muitos portugueses a convicção que, no dia 10 de Junho de 2005, se realizou um gigantesco assalto em Carcavelos, conduzido por 500 jovens negros, vindos de bairros degradados. No caso presente, essa mentira tem como preço o agravamento dos preconceitos e da desconfiança face a uma população de jovens descendentes de imigrantes africanos e habitantes de bairros degradados da Grande Lisboa, reforçando o estigma já existente. Por outro lado, é inevitável um sentimento de injustiça e de revolta não só pelo erro inicial mas, sobretudo, por ele se ter cristalizado como “verdade” (O Pseudo “Arrastão” de Carcavelos, 2006)».

O elemento central desta publicação foi o relatório da Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS), elaborado na sequência da queixa da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR). O relatório visou mostrar os erros cometidos a partir de uma informação errada, que evoluíram como “bola de neve” até se afirmarem como “verdade” absoluta. «Como uma falta de cuidado de cruzamento de fontes, de confirmação das notícias e de investigação jornalística, pode conduzir a um resultado que não honra o jornalismo (O Pseudo “Arrastão” de Carcavelos, 2006).»

O relatório deu também, por outro lado, a conhecer alguns textos de «jornalistas e colunistas que procuraram ser fiéis à sua missão de procurar a verdade, para além das aparências enganadoras». Entre os textos encontram-se “A história do arrastão que nunca existiu”, de Nuno Guedes, jornalista de A Capital; “Notícias que são pura ficção” e “O jornalista que não dá o braço a torcer”, de Pedro D’Anunciação, na crónica Zapping do

jornal Expresso; o documentário “Era uma vez um arrastão”, de Diana Andringa; o texto da Prof. Paula Castro, do Instituto de Ciências Sociais, sobre o “Paradoxo do individual e do colectivo na história do arrastão”; e o texto “Quando o que vemos não é igual ao que percebemos”, da Dra. Joana Alexandre e do Dr. Sven Waldzus, também eles do Instituto de Ciências Sociais.

Na conclusão do relatório é dito que «desde a Agência Lusa, cujos comunicados estiveram na origem das notícias, às diferentes edições dos telejornais e dos noticiários da imprensa escrita, os respectivos órgãos, objecto da sua apreciação, procederam, generalizadamente, com evidente falta de rigor informativo, de isenção e de objectividade, não utilizando – pela diversificação e avaliação das fontes, pela ponderação adequada das circunstâncias, pelo recorte criterioso das primeiras informações, cedendo ao imediatismo, ao sensacionalismo e ao espectáculo, não identificando cuidadosamente as causas e sem pesar devidamente as consequências – os meios e processos devidos e ao seu alcance para uma procura da realidade dos factos e, assim, transmitindo, quer a nível nacional, quer a nível internacional, uma versão deturpada, enganadora, tendenciosa dos acontecimentos, com evidentes repercussões sociais indutoras do racismo e da xenofobia, contribuindo objectivamente para o reforço da exclusão social e passando para o estrangeiro uma imagem errada do espírito de convivência interracial e de paz social que se vive em Portugal.»

Ricardo Carvalho, no seu livro “Do Bidonville ao Arrastão”⁸ analisou qualitativamente este caso, procurando verificar se, para além de um padrão regular de associação de uma minoria com a criminalidade, também existia uma representação etnicizadora a nível da própria linguagem, das estruturas textuais e de outros elementos simbólicos presentes no discurso mediático. O objectivo não foi saber o que se passou, mas sim a forma como o “evento mediático” e os seus actores foram representados na imprensa. O investigador fez incidir a análise do discurso da imprensa sobre três aspectos:

⁸ Versão reduzida da dissertação de doutoramento em Ciências da Comunicação apresentada na Universidade da Beira Interior, em 2007.

o enquadramento dos textos, a representação dos actores e a posição do sujeito receptor. O enquadramento das notícias foi detectado, entre outros elementos, na tua topicalização⁹.

No final, o autor concluiu acerca deste caso que a representação dos africanos em Portugal como ameaça social e diferença irreduzível pode manter-se adormecida sob o discurso jornalístico politicamente correcto, mas surge em situações de “noticiabilidade” urgente, em que não há tempo para reflectir e em que deixa de existir um autocontrolo político das redacções. A forma como o evento foi mediaticamente construído constitui, segundo Carvalheiro, um caso claro de marcação discursiva da diferença nos descendentes africanos. Partiu-se de um grupo de assaltantes para um cenário de dicotomização racial, indo depois para a representação de todo um grupo social e para a politização do seu lugar na sociedade portuguesa, em que se reforçou a etnicidade já activa na sociedade.

O evento não foi exclusivamente construído pelos *media*, mas este serviram de plataforma para o discurso social existente em várias instâncias da sociedade portuguesa acerca dos “jovens africanos”. O que se passou em Carcavelos não foi, segundo o investigador, uma construção no sentido da fabricação. Colocou-se mesmo em prática um discurso de racialização e estigmatização de um conjunto de actores sociais (os jovens descendentes de africanos), cuja importância reside na sua significação para o conjunto da sociedade portuguesa. Este processo de estigmatização ocorre particularmente com a geração que se “intromete” na identidade nacional. Ainda assim, Carvalheiro faz notar que mais recentemente os *media* têm vindo a colocar jovens negros em representações do quotidiano, dando a entender a raça como irrelevante em certos contextos da portugalidade. No entanto, ressalva a questão de saber qual a leitura que as audiências fazem dos diversos eixos das representações mediáticas.

⁹ Informação que, por ser considerada a mais importante de um discurso, é colocada em situação de topo, resumindo a estrutura semântica do texto numa macroposição, segundo Teun van Dijk.

4.1.2 Papel dos editoriais na reprodução de estereótipos étnicos

Teun van Dijk, a propósito de um caso de motins ocorrido em Inglaterra, em 1985¹⁰, analisou a definição e a avaliação de acontecimentos étnicos relevantes nos editoriais de jornais, um dos aspectos da reprodução do racismo pelos *media*. Com base em trabalhos realizados anteriormente, van Dijk considerou como assumido que os *media* têm um papel importante, se não fundamental, na reprodução do racismo na sociedade, por exemplo, ao definirem as minorias como problemáticas, ou mesmo como desviantes ou criminosas, instalando assim ou confirmando estereótipos e preconceitos étnicos prevalentes no público em geral. Neste sentido não só as posições das elites com poder sobre as questões étnicas são legitimadas, mas também os *media* contribuem eles próprios para a definição da situação étnica através das suas estratégias discursivas, isto é, escolha enviesada de tópicos e negação estilística das minorias e dramatização de acontecimentos étnicos.

No que respeita especificamente aos editoriais dos jornais, van Dijk afirma não existir, ao contrário do que acontece com as reportagens noticiosas, nenhuma teoria explícita sobre os editoriais como género jornalístico, não tendo uma estrutura ou um esquema fixo. Os editoriais são feitos e estruturados para expressar e transmitir as opiniões do jornal sobre acontecimentos recentes. Como os editoriais são normalmente escritos sobre um único acontecimento ou problema por dia, eles implicitamente mostram que um jornal atribui um significado político ou social particular a um determinado acontecimento.

Independentemente da ausência de um esquema convencional para os editoriais, as opiniões dos jornais sobre motins podem ser de três tipos diferentes: definição, explanação

¹⁰ Ver “Race, riots and press – An analysis of editorials in the British press about the 1985 disorders” (1989), Teun A. Van Dijk. Os motins ocorreram no Outono de 1985 nas zonas pobres das cidades de Birmingham e Londres. Centenas de jovens revoltaram-se contra a polícia e destruíram carros e lojas, e muitas pessoas (incluindo as envolvidas no motim e polícias) saíram feridas. Isto aconteceu em resultado de três acontecimentos: um incidente com a polícia, a 9 de Setembro, associado à cena local de droga, em que dois asiáticos morreram; um a 28 de Setembro, em que uma mulher negra foi alvejada pela polícia durante buscas na sua casa; e outro, a 7 de Outubro, em que um raide da polícia resultou na morte de uma mulher por ataque de coração, facto que a família atribuiu à tensão causada pela busca da polícia em sua casa.

ou avaliação, e moral. Eles podem definir uma situação, fornecendo uma descrição sumariada do que aconteceu, focando-se no presente ou num passado recente. Em segundo lugar, os pareceres podem explicar a situação, tentando perceber quais as causas ou as razões para uma determinada acção – por que é que isto aconteceu? – Muitas vezes estas opiniões são sobre eventos ou circunstâncias passadas, ou sobre um contexto actual mais genérico. Em terceiro, muitos editoriais inserem-se dentro de uma categoria de Profecia ou Recomendação que se pode integrar numa categoria mais ampla de Conclusão ou Moral, e que se foca no futuro: O que vai acontecer? O que é preciso fazer?

Para tornar estas opiniões ou posições defensáveis ou aceitáveis também elas têm de ser fundamentadas. Tal como noutros tipos de discurso, os editoriais exibem também estruturas e estratégias argumentativas, que vão desde a utilização da ironia e de metáforas, até comparações e contrastes. Assim, os editoriais têm também os seus objectivos de persuadir o público leitor, o que abre as portas para um estudo do seu processo de argumentação, inserido numa estrutura sociocultural e política.

As posições defendidas pelos *media* não são pessoais, pelo contrário, fazem parte de manifestações mais complexas ou de estruturas ideológicas dominantes e socialmente partilhadas que envolvem relações institucionais e poder. A argumentação dos editoriais não se destina apenas ao público leitor como um todo, mas também às elites sociais e políticas. Isto, segundo van Dijk, explica por que é que os editoriais não formulam meramente opiniões destinadas ao público, mas também atacam, defendem ou dão conselhos às autoridades.

De facto, os editoriais são o local de formulação de ideologias do jornal. Os preconceitos e estereótipos étnicos não são inatos. Eles são adquiridos em larga medida através do texto e da fala. Os *media* têm um papel vital neste processo de reprodução. Confrontados com mudanças fundamentais no contexto social e étnico, muitos leitores procuram estruturas interpretativas, definições e explicações da situação e de orientações para uma acção e comunicação futura. Os editoriais, ainda mais do que as reportagens noticiosas em que se baseiam, oferecem precisamente estas estruturas práticas e de senso comum para explicar a situação social. Claro que os leitores podem rejeitar tais propostas e muitos fazem-no, mas a maioria aceita-as simplesmente porque não tem informação para

formar ideologias e atitudes anti-racistas alternativas. É aqui que recai a parte mais importante da contribuição autónoma da imprensa na reprodução do racismo.

4.2 Os efeitos dos *media* no processo de migração

Os *media* podem intervir no processo de migração e na experiência individual e colectiva de migração através de uma variedade de maneiras. Primeiro, as imagens transmitidas pelos países de destino podem ser uma fonte chave de informação para potenciais migrantes e, portanto, agir como um importante factor de estímulo para os migrantes se deslocarem. Segundo, as imagens que os *media* passam dos migrantes podem ser cruciais para determinar o tipo de recepção que lhes é conferida e, consequentemente, o grau de inclusão ou exclusão que eles poderão atingir. Neste aspecto, os estereótipos dos *media* sobre grupos particulares de migrantes muitas vezes têm um papel importante. Finalmente, os meios de comunicação social dos países de origem, como a televisão por satélite e a internet estão a ter um papel dinâmico nas políticas e identidade cultural das comunidades diásporas.

Nancy Wood e Russell King, dois investigadores da University of Sussex, nas áreas de *media*, geografia e estudos europeus, referem-se à literatura sobre estudos de migração como estando curiosamente silenciosa acerca do papel dos *media*, embora tenha crescido extremamente rápido nos anos mais recentes. Reportando-se a 2001, os investigadores apuraram que os textos sobre migração publicados nos anos anteriores revelavam que praticamente nenhuma atenção tinha sido dada aos assuntos relacionados com os *media*, muitos nem um capítulo ou subcapítulo tinham dedicado aos *media*. A migração tendia a ser objectivada como um evento ou processo espaço-temporal, em grande parte explicado em termos económicos, demográficos e sociológicos e ligado a problemas como o emprego, desenvolvimento, redistribuição da população, formação de classes e criação de comunidades étnicas. A importância dos *media* recaía sob estes processos e o seu papel quase nunca era explicado pelos académicos que estudam as migrações.

Se por um lado a literatura sobre estudos dos *media* tem sido lenta em encarar a migração como um fenómeno distinto, por outro lado, é justo dizer que os estudos dos

media e filmes têm estado atentos às experiências de migração mas de modos mais indirectos. Apesar de os investigadores das migrações estarem só agora a reconhecer o papel que os *media* têm no comportamento ou nos processos de tomada de decisão, estes desde há muito se preocupam precisamente com a questão dos “efeitos dos *media*”. Muitos investigadores têm explorado esta área, por exemplo, investigando de que forma a cobertura dos assuntos sobre imigração influenciou o comportamento de voto (Wood e King, 2001).

De acordo com Wood e King os *media* podem intervir no processo de migração e nas experiência individuais e colectivas de migração de três formas. Primeiro, as imagens transmitidas dos países de destino, através dos *media* globais em geral, podem ser uma importante fonte de informação para potenciais migrantes. Independentemente de esta informação ser ou não fidedigna pode agir como um importante factor para estimular os migrantes a partir. Imagens de bem-estar e de um estilo de vida livre e descontraído nos países do Ocidente e do Norte são comuns nos países em desenvolvimento e a permanência destas imagens nos *media* globais, quer em filmes, na televisão ou em revistas, tende a reforçar esta “verdade” aos olhos de quem os vê ou lê. Muitas vezes, os migrantes que regressam ao seu país também apoiam a veracidade destas imagens, às vezes para impressionar e, também, para negar alguns elementos de falhanço, sofrimento ou exclusão perante as suas famílias, amigos e, talvez, perante eles próprios.

Segundo, as construções que os *media* dos países que acolhem os imigrantes fazem destes serão críticas em influenciar o tipo de recepção que estes terão e, assim, vão condicionar uma eventual experiência de inclusão ou exclusão dos imigrantes. Muitas vezes agindo como porta-vozes de partidos políticos ou de outros grupos de poder, o discurso dos *media* tem demonstrado ser imensamente influenciador da construção dos imigrantes como os “outros” e, muitas vezes, também como “criminosos” ou “indesejados”. Este foco na criminalidade imigrante cria estereótipos que estão muito longe da verdade e que são muito difíceis de desarreigar.

Terceiro, os *media* dos países de origem, tais como filmes, televisão, internet estão a adquirir um papel muito importante na identidade cultural e na política das comunidades diásporas. Existem aqui ligações interessantes entre os *media* e a criação e manutenção de comunidades transnacionais, cujos membros são capazes de funcionar em dois ou mais

“mundos”, com diferentes níveis de conforto. Estes *media* podem ajudar os imigrantes a sentirem-se em casa nos seus países de destino, mas, ao mesmo tempo, atrasar o seu processo de integração. Um maior desenvolvimento ocorre quando os grupos imigrantes e as comunidades étnicas produzem os seus próprios *media* na forma de filmes, televisão ou música.

Alec G. Hargreaves, professor no Departamento de Estudos Europeus da Loughborough University, num artigo sobre os efeitos dos *media* e relações étnicas em França e no Reino Unido¹¹ faz a distinção entre dois níveis básicos nos quais os efeitos dos *media* podem operar no campo das relações étnicas: efeitos comportamentais imediatos e formação de atitudes a longo-prazo. Enquanto alguns dos efeitos podem ser atribuíveis a argumentos fundamentados apresentados através dos *media*, outros podem agir primeiramente através de processos emotivos. Combinando estes factores, podem distinguir-se três tipos principais de efeitos dos *media*:

Primeiro, o “efeito de gatilho”, que ocorre quando os consumidores dos *media* são solicitados por um determinado evento relatado pelos *media* a tomar certas acções em conformidade com atitudes ou objectivos que já mantinham mesmo antes da ocorrência desse evento.

Segundo, os efeitos de atitude a longo-prazo, que são consequência de aspectos estruturais da produção e conteúdos dos *media*, os quais podem incluir enviesamentos ou desequilíbrios na representação de grupos minoritários.

Um terceiro tipo de efeito recai no poder persuasivo de acontecimentos individuais relatados pelos *media* para mudar as atitudes dos espectadores, ouvintes ou leitores, quer através de um impacto emotivo, quer através de argumentos fundamentados. Este último tipo de efeito é provavelmente o menos comum, pois seria surpreendente se um único acontecimento relatado pelos *media* fosse suficientemente poderoso para mudar opiniões, se não existissem já dúvidas ou incertezas nas mentes das audiência a nublar as visões existentes. Nos casos em que os leitores, espectadores ou ouvintes já construíram uma forte opinião durante um sustentado período de tempo, é pouco provável que sejam

¹¹ *Media Effects and Ethnic Relations in Britain France* (Hargreaves, AlecG.). Routledge. 2001.

persuadidos a tomar uma posição contrária devido a um único acontecimento ou reportagem, independentemente da sua emotividade. Como regra geral, é muito mais provável que os *media* contribuam para a formação de opiniões através da repetição de padrões de representação, em relação aos quais existem aspectos significantes que podem influenciar de forma inconsciente, do que através de um único acontecimento de grande impacto.

A ausência de grupos étnicos minoritários em certos espaços dos *media* (tais como, por exemplo, séries ou concursos televisivos, caracterizados por uma atmosfera de convívio) pode ser tão significativa como uma sobre-exposição noutra qualquer, designadamente nas notícias ou em programas sobre assuntos correntes, que se foquem primariamente em assuntos sociais.

4.2.1 O papel da televisão italiana na migração albanesa para Itália

Entre 7 e 10 de Março de 1991, 25.700 albaneses atravessaram o canal de Otranto, que liga a Albânia à Itália. Em Agosto de 1991, mais 20.000 fizeram a mesma travessia e, no final de 1997, eram já 83.807 os imigrantes albaneses presentes legalmente em Itália (Mai, 2001). As primeiras explicações para esta onda de migração salientaram o papel que a televisão italiana teve em atrair os albaneses a Itália. Guiados, com certeza, por dificuldades económicas, mas estimulados pelas imagens de sucesso transmitidas pelo mundo imaginário da televisão, os albaneses emigraram para aquele país que julgaram ir ao encontro dos seus desejos. No entanto, entrevistas conduzidas por Nicolai Mai, durante a sua investigação¹² imediatamente a seguir às tentativas de migração dão conta da desilusão em relação às promessas invocadas pela televisão, começando pela brutalidade com que os albaneses foram recebidos pela polícia italiana.

Embora seja incontroverso que os *media* italianos, e em especial a televisão, tiveram um papel muito importante na experiência migratória albanesa, Nicolai Mai tentou

¹² Nicolai é estudante de *Media Studies* na Universidade de Sussex e conduziu a investigação que resultou no artigo “Italy is Beautiful – The role of Italian television in Albania migration to Italy”.

perceber de que formas a televisão albanesa ajudou a construir e a modelar o próprio projecto migratório, não tanto em relação ao deslocamento geográfico, mas em relação aos processos discursivos mais amplos, através dos quais os albaneses são levados a perceber, descrever e a situarem-se num contexto social e cultural mais vasto, quer seja em Itália ou na Albânia.

Esta investigação, baseada em um ano e meio de trabalho de campo, entre 1998 e 1999, recaiu sobre o projecto migratório descrito pelos jovens albaneses entre os 15 e os 30 anos, das cidades de Tírana e Durres, capital da Albânia e maior porto albanês, respectivamente, sendo hoje as regiões mais urbanizadas e mais expostas às culturas estrangeiras. De notar que 40 por cento da população albanesa tem menos de 19 anos e que a média de idades é de 24 anos. Apesar de apenas 44 por cento da população viver em cidades, foram precisamente os jovens urbanos pertencentes a estas duas cidades que mais se opuseram ao regime comunista albanês, que durou 40 anos e que caiu em 1991. Mai procurou defender a ideia que a televisão italiana também teve um papel importante em fomentar esta postura oposicionista, não através de uma aberta exortação política, mas por se tornar cativante para os desejos e aspirações dos jovens de uma forma que, em última instância, os levou a concluir que apenas através da queda do regime comunista poderiam expressar totalmente as suas identidades.

A conclusão a que Mai chegou foi que o papel dos *media* italianos no processo de construção do projecto migratório dos jovens albaneses pode ser visto de duas formas. Por um lado, ao fornecer modelos alternativos de relações sociais, os *media* italianos estimularam uma mudança social e estiveram profundamente envolvidos na emergência gradual da juventude como um novo assunto social e político na cena social, cultural e económica albanesa. Por outro lado, estes *media* mostraram aos jovens albaneses apenas um lado simplificado, parcial e ilusório da sociedade italiana. Este entendimento imperfeito da sociedade privilegiou dramaticamente os discursos utópicos de inclusão e menosprezou a existência de um sistema de práticas sociais muito eficiente e complexo, que limitava, regulava e, muitas vezes, impedia as pessoas (especialmente os imigrantes) de acederem a um universo em que pudessem gozar totalmente a sua cidadania. Estas práticas inesperadas de restrição e discriminação “cumprimentaram” os albaneses logo após a sua chegada a Itália e são hoje a raiz quer de uma desilusão crescente sobre as possibilidades oferecidas

aos migrantes albaneses em Itália, quer de um processo de re-projecção da mesma leitura utópica do capitalismo em relação a regiões mais distantes e desconhecidas.

4.2.2 Efeitos dos *media* na sociedade

No estudo da comunicação de massa tem havido um debate contínuo sobre os efeitos mais ou menos poderosos que estas mensagens têm no público. Este poder que os *media* têm não se restringe à influência sobre as suas audiências, mas envolve também o papel destes nas estruturas sociais, culturais, políticas ou económicas da sociedade. Para Teun van Dijk, perceber o papel da imprensa e das suas mensagens implica prestar uma atenção detalhada às estruturas e estratégias desses discursos e aos modos como estes se relacionam com dispositivos institucionais, por um lado, e com a audiência por outro. O poder dos *media* é geralmente simbólico e persuasivo, no sentido em que estes têm principalmente o potencial de controlar, até certo ponto, as mentes dos leitores ou telespectadores, mas não o de controlar directamente as suas acções. Ou seja, apesar do carácter impregnante do poder dos *media*, a audiência geralmente mantém um mínimo de autonomia e independência, e faz uso activo dos meios de comunicação de massa, mas não adopta sempre uma postura puramente passiva. Qualquer que seja o poder simbólico dos *media*, alguns utilizadores são sempre capazes de resistir à sua persuasão.

Segundo Teun van Dijk, que se dedicou sobretudo ao estudo da imprensa, o poder persuasivo desta é particularmente efectivo se o seu relato for consistente com os interesses da maioria dos leitores. A cobertura da raça e dos assuntos étnicos nos Estados Unidos, Europa e noutros países ocidentais é exemplo disto. A imigração e a integração estão entre os assuntos sociais mais alarmantes das políticas europeias actuais e das reportagens mediáticas. Segundo o investigador as análises da cobertura dos assuntos étnicos mostram um alinhamento evidente da imprensa com o poder das elites brancas dominantes, bem como com o ressentimento popular entre a população branca em geral, cujos protestos contra mais imigração ou políticas sérias de direitos iguais são mostrados de uma forma proeminente pelos *media* e assim mais exacerbados.

Dijk tratou deste tema da ligação entre os *media* e o racismo no seu livro “Racism and Press”, de 1991. Constatou que nos anos 60, com a mudança de atitude sobre os assuntos dos direitos civis, os *media* ocidentais tornaram-se menos abertamente racistas. Começou a existir um apoio moderado aos direitos das minorias e a imprensa liberal teve um papel particular nesta mudança ideológica, mesmo que só em teoria, pois a discriminação racial e étnica está longe de ter sido erradicada e os *media* têm tido aqui um papel crucial. A chamada imprensa liberal por Teun van Dijk não advoga abertamente a discriminação, o preconceito e o racismo, mantendo uma distância crítica relativamente à direita racista. Defende a tolerância e a compreensão e pode ocasionalmente prestar atenção aos problemas dos emigrantes e de outras minorias. No entanto, acaba por desempenhar um papel mais subtil na reprodução da desigualdade étnica ao partilhar e contribuir para o consenso dominante da elite branca sobre assuntos étnicos, segundo o qual as sociedades ocidentais não são racistas. A negação do racismo constitui uma das estratégias maiores dos *media* e das elites brancas na sua auto-representação positiva como líderes morais da sociedade.

Transportar isto para a realidade portuguesa, onde a distinção entre jornais liberais ou conservadores não é clara, será difícil. Ainda assim, independentemente do cariz do jornal, poder-se-á indagar se alguns factos apurados pela investigação de Dijk se constatarem também na realidade portuguesa. Segundo o autor, poucos jornais na Europa Ocidental têm jornalistas das minorias étnicas, sem falar das minorias em posições editoriais mais altas. Neste aspecto, os *media* (tanto de esquerda como de direita) são pouco diferentes de outras instituições de elite, que bloqueiam o acesso e a promoção dos estrangeiros com argumentos transparentes sobre a falta de qualificações ou problemas culturais que culpam basicamente a vítima. As redacções dos jornais, as reuniões editoriais e a rotina de recolha de notícias estão centradas na maioria branca. Assim, raramente as minorias ou os seus porta-vozes são ouvidos como fontes credíveis, sendo muito menos citados do que os agentes oficiais brancos.

Quanto aos tópicos das notícias, apesar de ligeiras mudanças e variações na cobertura durante as últimas décadas, as notícias sobre assuntos étnicos mantêm-se centrada nos temas imigração, crime, violência, diferenças culturais e relações de raça. A tendência é cobrir estes assuntos como problemas ou ameaças, sendo que a imigração,

segundo o autor, nunca será representada como um benefício para um país com falta de força de trabalho para empregos menores ou para impedir o declínio demográfico em países envelhecidos. Em vez disso, a imigração, embora aceite desde que traga vantagens para a economia, será representada como uma invasão ou como uma vaga ameaçadora. Também relativamente a este ponto levanto a questão de como será em Portugal.

Na cobertura dos assuntos étnicos, a existência destes tópicos forma um esquema útil para definir e interpretar acontecimentos étnicos e para seleccionar histórias pela sua noticiabilidade ou para representar o grupo branco ou a sociedade branca como sendo essencialmente tolerante e compreensiva. Segundo Dijk os tópicos preferidos são uma estratégia dominante para apresentar os “outros” ao público branco como problemáticos, ameaçadores, estrangeiros que podem ser ao mesmo tempo responsáveis pela maior parte dos problemas sociais e económicos. Os outros tópicos adquirem muito menos importância: contribuições económicas, organização política e actividades, auto-ajuda social, minorias em posições elevadas. Como resultado deste tipo de cobertura que dá mais atenção a uns tópicos em detrimento de outros, o público branco adquire uma visão tendenciosa em relação aos assuntos étnicos. E a imprensa utiliza esta visão para apoiar a sua própria cobertura.

4.3 Estudos realizados em Portugal

Em Portugal, os estudos que têm sido efectuados, além de escassos, têm-se focado muito nas representações que os *media* fazem dos imigrantes e em quais as temáticas abordadas e respectiva evolução ao longo dos anos e, muito menos, nos efeitos dos *media*. Daí que o que proponho investigar se centre mais neste aspecto.

O estudo consistente da mediatização dos imigrantes iniciou-se em meados da década de 1990, sobretudo pela mão de Isabel Ferin Cunha (Carvalheiro, 2008). Nos anos mais recentes, os estudos feitos em Portugal que analisam a dinâmica *media* e imigração/minorias étnicas indicam que a situação é mais complexa do que a registada noutros países, onde predomina um padrão que tende a condenar as minorias à invisibilidade ou a estereótipos depreciativos (Gross, 1998). Estes estudos apontam para

uma representação diferenciada consoante as minorias e os próprios meios de comunicação social. Enquanto na imprensa predominam as vozes institucionais, na televisão assumem papel dominante as vozes dos populares, especialistas e comunidades (Ferin e Santos, 2006).

A entrada de um grande contingente de imigrantes de Leste em Portugal, entre 2001 e 2002, que viria a reconfigurar as características geográficas e sócio-profissionais da imigração portuguesa e a introdução do novo regime legal de autorizações de permanência, com entrada em vigor em 2001, fizeram-se sentir na agenda dos *media*. Durante esse período verificou-se que o tratamento jornalístico incidiu, na sua maioria, sobre os imigrantes de Leste, representando 30 por cento das notícias (Cádima e Figueiredo, 2003).

Os imigrantes e as minorias étnicas que fizeram notícia estiveram associados, sobretudo, a delitos, tendo sido salientados os problemas que estas comunidades têm com a justiça, muitas vezes sem qualquer contextualização sobre a criminalidade em Portugal, por exemplo, ou sobre o motivo do aparecimento de certos focos de marginalidade, contribuindo para o reforço, junto da opinião pública, dos fantasmas associados aos imigrantes e ao estrangeiro. Os *media* não se colocaram ao nível do debate sobre a legalidade ou ilegalidade dos imigrantes (os temas relacionados com a imigração regular/irregular não foram tão determinantes quanto isso), sobre se seria esse o cerne da sua marginalização, colocando-se antes ao nível da diferenciação étnica para reportar a notícia (Cádima e Figueiredo, 2003). É, assim, discutível se, no fundo, os estereótipos foram produzidos e se as imagens negativas foram veiculadas porque se verificou uma ocorrência grave ou negativa (um facto jornalístico) ou se, na realidade, estas se verificaram por se estar na presença do "outro", do "diferente", do "não Português" (Cádima e Figueiredo, 2003).

No entanto, os *media* têm vindo a revelar um progressivo interesse pela identidade e cultura do "outro". Em 2003, ano marcado pela guerra do Iraque e pela intensa mediatização do fenómeno do terrorismo, os *media* assumiram um papel de intermediários culturais e a imprensa, apesar da cobertura que continuou a realizar, enfatizando a temática Crime, adquiriu uma certa especialização que se verificou, sobretudo, nos jornais ditos de referência (Cunha, Santos, Silveirinha e Peixinho, 2004).

A imigração tem vindo, assim, a tornar-se uma temática recorrente na comunicação social nacional e deixou, por regra, de ser tratada como um todo indefinido, merecendo um tratamento diferenciado, com atenção às diferentes comunidades de origem dos imigrantes e a diversos aspectos de natureza social e cultural que lhes são inerentes. Algumas comunidades, cuja visibilidade era anteriormente muito baixa, começam agora a ganhar espaço nos *media*: a chinesa, vinculada a actividades comerciais, e a islâmica, associada a práticas religiosas. Por outro lado, os meios de comunicação social começaram, finalmente, a ter jornalistas especializados no acompanhamento dos temas da imigração, sobretudo na imprensa, o que favorece um tratamento mais aprofundado de alguns aspectos (Cunha e Santos, 2004).

Mesmo assim, os jornalistas continuam a ter dificuldade em tratar esta matéria. Apesar de a tendência ser positiva, o que se traduz no aumento significativo de peças que abordam a temática Integração, no enquadramento mais equilibrado da temática Crime entre imigrantes e minorias étnicas na perspectiva da exclusão social, e no tom mais neutro e factual com que se abordam as notícias que incidem sobre estas populações em detrimento da exploração do sensacionalismo, continua a verificar-se que a comunidade brasileira é a mais representada e implicada na prostituição, os cidadãos de Leste estão muito relacionados com o Trabalho e também com o Crime e os imigrantes africanos e seus filhos, a Segunda Geração, estão proporcionalmente mal representados em relação ao seu valor numérico (Cunha e Santos, 2006).

Nas investigações conduzidas em Portugal, há que salientar também o trabalho realizado por Ricardo Carvalheiro. Na sua pesquisa realizada em 2007¹³, buscou compreender a conexão entre as apropriações mediáticas e as entidades sociais de dois grupos concretos de descendentes de migrantes – jovens portugueses em França e jovens cabo-verdianos em Portugal. Utilizando os discursos das audiências como fonte de conhecimento sobre as suas representações e identidades, o objectivo foi perceber como os *media* se inscrevem nas relações sociais de determinadas populações.

¹³ “Do Bindonville ao Arrastão – *Media*, Minorias e etnização” – versão reduzida da dissertação de doutoramento em Ciências da Comunicação, UBI, 2007.

Segundo Carvalheiro, todos os grupos migrantes desejam uma identidade cultural que não se transforme em identidade étnica. Em relação ao caso dos emigrantes portugueses em França, foi isto que o investigador verificou. Privatizaram as diferenças, sobrecomunicando-as dentro do grupo e subcomunicando-as no espaço público, ao ponto da invisibilidade mediática. Assim, os lusodescentes podem utilizar os seus traços culturais sem riscos de se transformarem em algo que culturalmente se traduza em etnicidade. No caso dos filhos de cabo-verdianos em Portugal, deu-se o contrário. Ao cultivarem as diferenças, arriscam-se a cair numa armadilha do discurso culturalista predominante, que naturaliza distinções entre povos vistos como irremediavelmente diferentes (Carvalheiro, 2007).

No final da sua investigação, a conclusão foi que os *media* têm participado na criação destes contextos simbólicos e que os jovens têm vindo a incorporar as linhas mais salientes da sua representação mediática nas definições identitárias de si próprios. Para Carvalheiro, os *media* contribuirão para uma integração não etnicizada quando a sua apropriação contribuir para que os imigrantes (sujeitos de fronteira) tenham uma percepção maleável e plurifacetada de si próprios e para que os outros também reconheçam essa condição.

5 Hipóteses e Metodologia

As hipóteses que se colocam agora resultam das perguntas de partida e do enquadramento teórico feito atrás. Quanto às questões de partida, foram:

1ª - Qual a influência que os meios de comunicação social tiveram no processo de emigração de cidadãos de países de Leste (Rússia, Ucrânia, Roménia, Bulgária) para Portugal?

2ª - Qual a influência que os *media* têm no acolhimento destes imigrantes ao contribuir (ou não) para a promoção de desigualdades étnicas?

Quanto às hipóteses, saliento o facto de que apresentá-las pela positiva ou pela negativa não implica que seja essa a minha opinião à partida. Colocar a frase pela positiva ou negativa tem apenas que ver com uma melhor compreensão. Após a investigação, as respostas também virão de acordo.

1. Os *media*, ao transmitirem uma imagem favorável de Portugal, nomeadamente através de imagens turísticas, atraem imigrantes de Leste ao nosso país. Por outro lado, o facto de Portugal se apresentar como um país integrado na União Europeia há mais de 20 anos e de, por exemplo, o presidente da Comissão Europeia ser português e aparecer várias vezes nos meios de comunicação social transmite uma imagem positiva de Portugal.
2. Relativamente ao acolhimento:
 - a. Os *media*, ao colocarem indivíduos oriundos dos países de Leste em cenas do quotidiano, provocam nas audiências o sentimento de que a origem é irrelevante para o que conta como ser Português.
 - b. O processo de argumentação dos editoriais no que respeita a questões sobre imigração, nomeadamente para o caso que interessa (imigrantes de Leste)

-
- persuade o público e contribui para o eliminar de preconceitos e estereótipos étnicos.
- c. Os *media* portugueses, de uma forma geral, têm tido um papel activo na inclusão de imigrantes de Leste ao passarem uma imagem positiva destes.
 - d. A imprensa portuguesa contribui subtilmente para a reprodução da desigualdade étnica ao partilhar e contribuir para o consenso dominante de que os portugueses não são racistas. “O mito nacional da capacidade de miscigenação e da inexistência de racismo, desenvolvido pelo regime de Salazar, mas prolongado pelos actores políticos da democracia não é um aspecto lateral da identidade portuguesa, mas sim um dos traços estruturais com que os portugueses imaginam a sua singularidade face a outros povos da Europa. A denúncia pública e colectiva do que é percebido como preconceitos de base racial teria, neste quadro, um impacto político muito provável” (Carvalheiro, 2008).
 - e. Os *media* pertencentes a estas comunidades têm ajudado os imigrantes a sentirem-se em casa.
- 3. As redacções dos jornais têm poucos jornalistas pertencentes a minorias étnicas, pelo que a recolha das notícias se centra muito mais nos assuntos que importam à maioria.
 - 4. Os tópicos mais escolhidos quando se fala de imigrantes de Leste relacionam-se com contribuições económicas, organização política e actividades, auto-ajuda social e minorias em posições elevadas.

A metodologia está dividida em duas partes. A primeira relaciona-se com o que levou os indivíduos a emigrar e se consideram que os *media* quer nacionais, quer os pertencentes às suas comunidades tiveram um papel positivo na sua integração. A segunda parte diz respeito a uma análise de imprensa, focando mais os editoriais, em que se abordam os tópicos escolhidos, a quantidade de jornalistas pertencentes a minorias étnicas nas redacções vs a recolha de temas para notícias e, por fim, o impacto que essas notícias

têm ao fomentar a ideia de que o país de origem conta (ou não) para o que é ser português e para o fomentar (ou não) de preconceitos étnicos.

Assim, relativamente à primeira parte serão realizadas entrevistas a imigrantes, de forma a perceber o que os levou a emigrar, nomeadamente, se os *media* (filmes, publicidade, televisão, rádio e imprensa) tiveram alguma influência. Simultaneamente, pretende-se perceber se consideram que os *media* portugueses (incluindo os das próprias comunidades imigrantes) têm um papel activo em incluí-los e em não fomentar as desigualdades étnicas. Neste caso pretende-se saber se se revêem na imagem que os *media* passam deles e se essa imagem é favorável à sua integração. Mais do que isto, procurar-se-á saber se a imagem inicial que tinham do país corresponde à imagem que têm actualmente.

A pesquisa será do tipo qualitativo, sendo os inquiridos seleccionados aleatoriamente através do contacto com associações de imigrantes, mas de acordo com características específicas. Na abordagem aos jovens, estes serão definidos em duas faixas etárias. Dos 14 aos 18 anos, pois abrange jovens em idade escolar. Dos 18 aos 30 pretende-se escolher jovens que já trabalhem ou que estejam a frequentar o ensino superior. Com mais de 30 anos, pretende-se obter alguma representatividade quer de pessoas empregadas, como de desempregadas, pois provavelmente o grau de desilusão ou de contentamento relativamente a Portugal será diferente. Quanto a profissões pretende-se obter entrevistas de pessoas em diferentes posições ou classes sócio-económicas, pelo mesmo motivo. Para todos os grupos a amostra em termos de género pretende-se que seja representativa.

Quanto à segunda parte, também serão realizadas entrevistas, mas com uma construção diferente, ou seja, com outras questões de forma a perceber, com base em notícias pré-seleccionadas, e em editoriais, que servirão de mote, qual é a sua percepção relativamente aos imigrantes de Leste, de forma a perceber sinais de etnicidade. Aqui os inquiridos serão escolhidos de forma a haver representatividade a vários níveis: empregados vs desempregados; diferentes meios sociais; indivíduos com e sem elo de ligação a imigrantes; faixas etárias entre os 14 e os 18 anos, entre os 18 e os 30 anos e mais de 30 anos; homens vs mulheres.

Quanto à relação entre o número de indivíduos pertencentes a minorias étnicas e a quantidade e forma das notícias ligadas a estas, serão abordados os principais jornais: Expresso (semanário de maior tiragem), Público, Correio da Manhã, Diário de Notícias e Jornal de Notícias no sentido de saber qual a constituição das suas redacções. Também são estes os jornais escolhidos para a análise dos tópicos. Para permitir uma maior abrangência, visto que não saem notícias sobre imigrantes todos os dias, a pesquisa de assuntos será feita através da Internet, com escolha de palavras-chave que se relacionem com as nacionalidades, por exemplo: “romeno”, “Bulgária” cruzado com “imigrante” ou “imigração”. Assim a busca torna-se mais fácil do que a verificação dos jornais impressos e permite alargar o leque temporal a um ano. As notícias recolhidas serão analisadas qualitativamente no que respeita aos tópicos: “contribuições económicas”, “organização política e actividades”, “auto-ajuda social” e “indivíduos em posições elevadas”, e utilizadas nas entrevistas.

Para os dois casos, como referi, o método escolhido será o de entrevistas individuais com uma análise interpretativa das questões colocadas. As entrevistas individuais permitem saber mais acerca da pessoa entrevistada, o que é importante na análise do seu discurso. O tipo de entrevista será semi-estruturada, pois existem questões comuns a todos os indivíduos, mas permite abertura para que o entrevistado aborde outros assuntos. A utilização de grupos de focus não se põe, porque poderia haver a tendência para que, com a presença de outros indivíduos, a opinião ou as declarações de cada um fossem influenciadas pelas do grupo ou mesmo anuladas. Quanto aos inquéritos têm a limitação de as respostas terem de ser mais fechadas, de a amostra ter de ser probabilística e de a forma de analisar os dados ser do tipo estatístico. Para este estudo faz mais sentido fazer uma análise do texto/discurso produzido. A entrevista possibilita não abdicar de um certo número de questões fundamentais, permitindo também uma maior flexibilidade, podendo colocar-se as questões numa ordem diferente ou acrescentar algumas outras, caso se revele necessário na “conversa” com o entrevistado.

Serão realizadas tantas entrevistas, quantas as necessárias, embora num número não muito elevado para não tornar demasiado difícil a análise qualitativa. A selecção dos

entrevistados será através do método “bola-de-neve”, em que uma vez conseguido um contacto serão angariados outros através desse.

Para fazer uma abordagem qualitativa das entrevistas será utilizada a metodologia de análise do discurso, em que o conteúdo é analisado enquanto texto que se debruça sobre a maneira de falar sobre os temas, sendo os elementos linguísticos analisados num contexto social. Teun van Dijk, académico na área de análise de discurso, distingue esta análise da análise clássica de conteúdo pelo facto de aquela se focar em unidades e estruturas de texto especificadas teoricamente, pelo seu interesse especial em estruturas semânticas e em detalhes de gramática, estilísticos e de retórica subtils, e ainda pela preferência por uma ênfase geral numa abordagem qualitativa, em vez de uma metodologia quantitativa mais superficial, tendo também em vista uma interpretação crítica de estruturas textuais num contexto sociopolítico e ideológico.

Para esta abordagem, o trabalho de Teun van Dijk será uma referência.

Análise Crítica do Discurso:

Nos anos 80 e início dos anos 90, um grupo de investigadores europeus na disciplina de Análise de Discurso e noutras relacionadas, do qual fazia parte Teun van Dijk, lançaram-se no projecto de fazer da análise do discurso uma análise crítica. Através de uma escolha específica de tópicos, problemas, questões e valores, esta análise pretende contribuir para aprofundar o conhecimento das relações entre discurso, poder e ideologia, com o objectivo de produzir um conhecimento que valorize o ponto de vista e as experiências e opiniões das minorias sem poder (definidas por género, etnia, classe, idade, nacionalidade, religião, etc.) e que possa levar a uma mudança emancipadora. No caso específico de Teun van Dijk, este analista crítico do discurso tem a particularidade de incluir na sua teoria de discurso também uma dimensão cognitiva. Pode distinguir-se o seu trabalho na Análise Crítica do Discurso pelo enfoque sociocognitivo na teorização sobre as relações intrincadas entre texto e contexto.

Na perspectiva de Teun van Dijk, uma análise de discurso adequada requer uma análise detalhada da organização verbal e dos eventos comunicativos e uma análise detalhada cognitiva e social. Apenas uma integração destas duas abordagens tem validade

descritiva, explicativa e especialmente crítica no estudo dos assuntos e problemas sociais. Um dos enfoques mais importantes dos estudos de Teun van Dijk na vertente social diz respeito ao racismo. Segundo o analista, o racismo não é inato: as pessoas aprendem o racismo e fazem-no a partir do discurso, como por exemplo através dos manuais escolares, da literatura para crianças, dos filmes, dos programas televisivos, das conversas com os amigos e família e, também, dos meios de comunicação social.

Dijk dedicou-se, sobretudo a partir dos anos 80, ao estudo das notícias. Verificou que as notícias na imprensa e na televisão são um tipo de discurso que lemos e vemos todos os dias, mas sobre o qual não existiam praticamente estudos detalhados, extensivos. Este é o discurso através do qual adquirimos a maior parte do que sabemos sobre o mundo, além das nossas experiências pessoais, e através do qual muitas das nossas opiniões sociais e atitudes são formadas. Por isto, as notícias e artigos de opinião são um tipo importante de discurso nos estudos empíricos e exemplos de análise que Dijk faz.

Os dois trabalhos, racismo e análise do discurso dos *media*, originaram em Dijk muitos estudos sobre racismo na imprensa. Na Europa o que a maioria das pessoas sabe sobre imigrantes e imigração deriva, em grande parte, dos *media*, e logo também os preconceitos e estereótipos baseiam-se no que lhes chega através dos meios de comunicação social. Dijk dedicou-se ao estudo detalhado sobre a forma como os *media* relatam a imigração ou as minorias étnicas, fornecendo um conhecimento fundamental sobre muitos aspectos da sociedade, instituições, relações de poder, elites e processos sociais.

A Análise Crítica do Discurso (ACD) é um tipo de investigação de análise do discurso que estuda, em primeiro lugar, o modo como o abuso do poder social, a dominância e a desigualdade são postos em prática e, igualmente, o modo como são reproduzidos e o modo com se lhes resiste, pelo texto e pela fala, no contexto social e político. Com este tipo de investigação dissidente, os analistas críticos do discurso tomam uma posição explícita e querem, desta forma, compreender, expor e, em última análise, resistir à desigualdade social. A ACD é, assim, uma análise enviesada.

Embora existam estudos de texto e fala mais linguisticamente orientados e várias abordagens ao social, os primeiros ignoram muitas vezes conceitos e teorias da sociologia e da ciência política sobre abuso de poder e desigualdade, enquanto os segundos raramente

realizam uma análise de discurso detalhada. A ACD procura integrar estas duas abordagens e, sendo diversa e multidisciplinar, tenta também incluir o trabalho de pessoas vindas de países, culturas e direcções de investigação diferentes.

Na análise crítica do discurso, “discurso” é entendido no sentido mais amplo do “evento comunicativo”, incluindo interacção conversacional, texto escrito, gestos, expressão facial, arranjo tipográfico, imagens e qualquer outra dimensão da significação semiótica ou multimédia.

Quanto a “cognição”, no contexto da ACD, envolve cognição pessoal e social, crenças, finalidades, avaliações, emoções e qualquer outra estrutura “mental” ou da “memória”.

“Sociedade”, nesta abordagem, inclui tanto as microestruturas locais das interacções situadas de face a face, como as estruturas mais globais, societárias e políticas diversamente definidas em termos de grupos, relações de grupos (tais como dominância e desigualdade), movimentos, instituições, organizações, processos sociais, sistemas políticos e propriedades mais abstractas das sociedades e culturas.

Postas estas definições, é importante dizer que uma análise de discurso total de um texto ou de uma passagem pode levar muito tempo a fazer. Daí que seja importante escolher as estruturas que são relevantes para o estudo de um assunto social. Ou seja, é necessário ter no mínimo uma ideia informal da relação entre texto e contexto, que permita perceber quais as propriedades do discurso que podem variar de acordo com determinadas estruturas sociais. Dentro das estruturas pode distinguir-se entre estruturas globais e locais. As estruturas globais ou tópicos representam aquilo sobre que versa o discurso e explicam a coerência global do texto e da fala. As estruturas locais poderão ser, por exemplo, o significado das palavras, a estrutura das proposições e da coerência e outras relações entre proposições.

Mas os analistas do discurso podem estar mais interessados nas estruturas do texto ou da fala menos controladas por quem fala, e que por isso não são relevantes para o estudo do poder social, tais como entoação, estrutura sintáctica, mudança de voz, pausas, correcções. Estas características normalmente não expressam crenças sociais, mas sim propriedades mais pragmáticas do discurso, como por exemplo a emoção ou a perspectiva

de quem fala. Ainda que não expressem directamente uma opinião, o falante pela expressão facial que faz pode denunciar uma posição que não exprimiu pela fala, daí que este tipo de estrutura também se diga de natureza subtil.

Passando do texto para o contexto, os objectivos críticos da ACD só podem ser atingidos se as estruturas do discurso forem relacionadas com as estruturas dos contextos locais e globais. Os contextos globais são definidos pelas estruturas sociais, políticas, culturais e históricas em que um acontecimento ocorre. O contexto local tem que ver com as características da situação imediata em que ocorre um evento comunicativo, tais como a política, a legislação e os intervenientes.

As mensagens dos *media* são tipos específicos de texto e fala. As teorias e métodos da ACD podem contribuir para uma descrição e explicação mais sistemática e explícita das estruturas das mensagens dos *media*.

Referências Bibliográficas

Livros:

- Baganha, Ioannis Maria. “Política de imigração: A regulação dos fluxos”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 73, 29-44. 2005.
- Beck, Roy e Camarota, Steven. “Elite vs. public opinion: An examination of divergent views on immigration (CIS Backgrounder)”. Washington, DC: Center for Immigration Studies. 2002.
- Betts, Katherine. “Ideology and immigration: Australia, 1976-1987”. Melbourne, Australia: Melbourne University Press. 1988.
- Cádima, Rui Cádima e Figueiredo, Alexandra. “Representações (Imagens) dos Imigrantes e das Minorias Étnicas nos *Media*”. Observatório da Imigração e ACIME. 2003.
- Carvalho, José Ricardo. “Do Bidonville ao Arrastão – *Media*, Minorias e Etnicização”. Imprensa de Ciências Sociais. 2008.
- Cea D' Ancona, María Ángeles. “Análisis multivariable. Teoría y práctica en la investigación social”. Madrid. Síntesis. 2002.
- Cogo, Denise. “Mídia, Interculturalidade e Migrações Contemporâneas”. Rio de Janeiro: E-papers Editora. 2006.
- Cunha, Isabel Ferin e Santos, Clara Almeida. “*Media*, Imigração e Minorias Étnicas II”. Observatório da Imigração e ACIME. 2006.
- Cunha, Isabel Ferin; Santos, Clara Almeida; Silveirinha, Maria João e Peixinho, Ana Teresa. “*Media*, Imigração e Minorias Étnicas”. Observatório da Imigração e ACIME. 2004.
- D'Angelo, Paul. “News framing as a multiparadigmatic research program. A response to Entman”. *Journal of Communication*. 2002.
- Dijk, Teun A. Van. “Discurso, Notícia e Ideologia – Estudos na Análise Crítica do Discurso. Campo de Letras. 2005.
- Dijk, Teun A. Van. “Race, riots and press – An analysis of editorials in the British press about 1985 disorders”. *Gazette*, 43, 1989, 229-253..
- Dijk, Teun A. Van. “Racismo y discurso de las elites”. Editorial Gedisa. 2003.

Esteves, Alina (Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa). “Diversidade, Auto-representação e os Valores do Projecto Europeu”, em II Debate Nacional sobre o Futuro da Europa (Fund. Calouste Gulbenkian, Junho 2007). I.3: Diversidade e Identidade / Hospitalidade e Xenofobia.

Ferin Cunha, I. (coord.), Policarpo, V., Monteiro, T. e Figueiras, R. “*Media* e Discriminação: um estudo exploratório do caso português”. Revista do OBERCOM, nº 5, pp. 27-38. 2002.

Fetzer, Joel. “Public attitudes toward immigration in the United States, France, and Germany”. Cambridge University Press. 2000.

Freeman, Gary. “Modes of immigration politics in liberal democratic states”. International Migration Review, 29, 881-908. 1995.

Geddes, Andrew. “Immigration and European integration: Towards Fortress Europe?”. Manchester University Press. 2000.

Giddens, Anthony. “Sociology”. 4th Edition. Polity Press em associação com Blackwell Publishers Ltd. 5ª Edição da Fundação Calouste Gulbenkian. 2007.

Goracci, Monica. “*Media*, Education and Diversity”, em Organização Internacional para as Migrações. II Debate Nacional sobre o Futuro da Europa (Fund. Calouste Gulbenkian, Junho 2007). I.3: Diversidade e Identidade / Hospitalidade e Xenofobia.

Gross, Larry. “Minorities, majorities and the *media*”, em Tamar Liebes e James Curran (orgs.), “*Media*, Ritual and Identity”. Londres/Nova Iorque, Routledge, pp. 87-102. 1998.

Guiraudon, Virginie, e Lahav, Gallya.. “A reappraisal of the state sovereignty debate: The case of migration control”. Em “Comparative Political Studies”, 33, 163-195. 2000.

Guiraudon, Virginie. “Policy change behind gilded doors: Explaining the evolution of aliens’ rights in contemporary Western Europe”. Ph.D. Thesis, Harvard University, Cambridge, MA.1997.

Guiraudon, Virginie. “European integration and migration policy: Vertical policy-making as venue shopping”. Journal of Common Market Studies, 38, 249-269. 2000.

Hall, Stuart. “New Ethnicities, in Identity: The Real Me”. Institute for Contemporary Arts Document 6. Londres. 1988

Hansen, Randall. “Citizenship and immigration in post-war Britain”. Oxford University Press. 2000.

Hargreaves, Alec G. “*Media* Effects and Ethnic Relations in Britain and France”, em Wood, Nancy e King, Russell (orgs.) “*Media* and Migration. Constructions of mobility and difference”. Routledge. 2001.

Hartley, John. “Comunicação, Estudos Culturais e *Media*. Conceitos-chave”. 1ª edição portuguesa, com revisão científica de Isabel Ferin. Quimera. 2004.

Hollifield, James. “Immigrants, markets and states: The political economy of postwar Europe”. Cambridge, MA: Harvard University Press. 1992.

Igartua, Juan José; Huamanes, María Luisa; Muñiz, Carlos; Cheng, Lifan; Mellado, Claudia; Medina, Eudomary e Erazo María Ángeles. “La información sobre inmigración e inmigrantes en la prensa española. Una aproximación empírica desde la teoría del encuadre”. *Ciências da Comunicação em Congresso na Covilhã – Actas do III Sopcom, VI Lusocom e II Ibérico – Volume II Teorias e Estratégias Discursivas* – Universidade da Beira Interior. 2005.

Iyengar, Shanto e Kinder, Donald. “News that matters: agenda setting and priming in a television age”. University of Chicago Press. Chicago. 1987.

Kellner, Douglas. “Cultural Studies, Multiculturalism and *Media* Culture”, em Dines, Gail e Humez, Jean M. (orgs.) “Gender, Race and Class in *Media*”. Publications. 2003.

King, Russell e Wood, Nancy. “*Media* and Migration. An overview”, em Wood, Nancy e King, Russell (orgs.) “*Media* and Migration. Constructions of mobility and difference”. Routledge. 2001.

Lahav, Gallya. “Public Opinion Toward Immigration in the European Union: Does It Matter?”. *Comparative Political Studies*. 2004.

Mai, Nicolai. “‘Italy is beautiful’ – The role of Italian television in Albanian migration to Italy”, em Wood, Nancy e King, Russell (orgs.), “*Media* and Migration. Constructions of mobility and difference”. Routledge. 2001.

McLaren, Lauren. “Immigration and the new politics of inclusion and exclusion in the European Union: The effect of elites and the EU on individual-level opinions regarding European and non-European immigrants”. *European Journal of Political Research*, 39, 81-108. 2001.

Miller, Mark e Riechert, Bonnie. “The spiral of opportunity and frame resonance. Mapping the issue cycle in news and public discourse”, em S. D. Reese, O. H. Gandy e A. E. Grant (Eds.), “Framing public life. Perspectives on *media* and our understanding of social world” (pp. 107-121), Mahwah, NJ, Lawrence Erlbaum Associates. 2001a.

Miller, Mark, Andsager, Julie e Reichert, Bonnie. “Framing the candidates in presidential primaries: issues and images in press releases and news coverage”. *Journalism and Mass Communication Quarterly*, 75, 312-324. 1998.

Pareck, Bhikhu. “Rethinking Multiculturalism: Cultural Diversity and Political Theory”. Londres. Macmillan Press. 2000.

Parekh, Bhikhu. “National Culture and Multiculturalism”, em Thompson, Kenneth (orgs.) “*Media* and Cultural Regulation”. Sage Publications. 1997.

Pires, Rui Pena. “A imigração”, em Francisco Bethencourt e Kirti Chauduri (orgs.), “História da Expansão Portuguesa” – volume 5, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 197-213. 2000.

- Reese, S. D.; Gandy, O.H.; Grant, A.E. e Tankard, James. “The Empirical approach to the study of *media* framing”, em “Framing public life. Perspectives on *media* and our understanding of the social world” (pp. 95-106). Mahwah, NJ, Lawrence Erlbaum Associates. 2001.
- Romero, Giménez Carlos. “Pluralismo, Multiculturalismo e Interculturalidade”. Educación y futuro: revista de investigación aplicada y experiencias educativas, ISSN 1576-5199, N°. 8, pags. 11-20. 2003.
- Rosa, M. J. V. “Portugal e a União Europeia do ponto de vista demográfico”, em António Barreto (org.), “A Situação social em Portugal: 1960-1999”, Lisboa, ICS, pp-419-451. 2000.a.
- Rosa, Maria João Valente; Seabra, Hugo e Santos, Tiago. “Contributos dos Imigrantes na Demografia Portuguesa. O papel das populações de nacionalidade estrangeira”. Acime. Lisboa. 2003.
- Santos, Boaventura de Sousa. "Por uma concepção multicultural de direitos humanos". Revista Lua Nova n.º 39. São Paulo, CEDEC. 1997.
- Santos, Hélia. “A Responsabilidade Social e Educativa dos Mass *Media*, 2005”. Cabo dos Trabalhos: Revista electrónica dos programas de mestrado e doutoramento da CES/ FEUC / FLUC, nº1. 2006.
- Sassen, Saskia. “Losing control?”. Columbia University Press. 1996.
- Sassen, Saskia. “The global city: New York, London, Tokyo”. Princeton University Press. 1991.
- Semetko, Holli e Valkenburg, Patti. “Framing European politics: a content analysis of press and television news”. Journal of Communication, 50 (2), 93-109. 2000.
- Soysal, Yasemin. “Limits of citizenship”. University of Chicago Press. 1994.
- Stevens, James. “Applied multivariate statistics for the social sciences”. Hillsdale, NJ, Lawrence Erlbaum Associates (2ª edição). 1992.
- Tacq, Jacques. “Multivariate análise techniques in social sciences research. From problem to analysis”. Sage. Londres. 1997
- Thrandhardt, Dietrich, e Miles, R. (Eds.). “Migration and European integration: The dynamics of inclusion and exclusion”. London: Pinter.1995
- Tichenor, Daniel. “Dividing lines: The politics of immigration control in America”. Princeton University Press. 2002.
- Traquina, Nelson. “Jornalismo – Questões, Teorias e ‘Estórias’”. Veja. 1999.
- Traquina, Nelson. “O poder do jornalismo. Análise e Textos da teoria do agendamento”. Minerva, Coimbra. 2000.
- Vários Autores. “O ‘Pseudo-Arrastão’ de Carcavelos – Documentos”. ACIME. 2006.
- Villaverde Cabral, Manuel (coord.). “Saúde e doença em Portugal”. ICS. Lisboa. 2002.

Zolberg, Aristide, e Long, LittWoon. "Why Islam is like Spanish: Cultural incorporation in Europe and the United States". *Politics & Society*, 27, 5-38. 1999.

Zolberg, Aristide. "International migrations in political perspective", em M. Kritz, C. Keely e S. Tomasi (Eds.), "Global trends in migration: Theory and research on international population movements" (pp. 3-27). New York: Center for Migration Studies. 1981.

Sites:

Centro de Informação Europeia Jacques Delors – EUROCID

http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe_area?p_cot_id=2680

Ano Europeu do Diálogo Intercultural no EUROCID

http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=3701&p_est_id=8753

Decisão N.O 1983/2006/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de Dezembro de 2006 relativa ao Ano Europeu do Diálogo Intercultural (2008)

http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/oj/2006/L_412/L_41220061230pt00440050.pdf

Proposta de Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao Ano Europeu do Diálogo Intercultural (2008)

http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/com/2005/com2005_0467pt01.pdf

Anexo à Proposta de Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao Ano Europeu do Diálogo Intercultural (2008)

<http://ec.europa.eu/culture/portal/events/pdf/annex.pdf>

Eurobarómetro - "Diálogo intercultural na Europa"

http://ec.europa.eu/public_opinion/flash/fl_217_sum_en.pdf

Eurobarómetro 66. Opinião Pública na União Europeia. Comissão Europeia. 2006.

http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb66/eb66_pt_nat.pdf

Sítio do Ano Europeu para o Diálogo Intercultural 2008 [en]

<http://www.interculturaldialogue2008.eu/>

Sítio do Ano Europeu para o Diálogo Intercultural 2008 - Portugal

http://www.interculturaldialogue2008.eu/525.0.html?&L=0&no_cache=1&sword_list%5B0%5D=logo

Sítio do Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas (GACI) – Ciga-nos

<http://www.ciga-nos.pt>

Glossário “Entreculturas” - ACIDI

<http://www.acidi.gov.pt/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=149>

Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI)

<http://www.acidi.gov.pt/>

Observatório da Imigração

<http://www.oi.acime.gov.pt>

OBERCOM – Observatório da Comunicação

<http://www.obercom.pt>

Centro de Estudos Sociais

<http://www.ces.fe.uc.pt>

Rede Eurozine

<http://www.eurozine.com>

Centro de Investigação *Media* e Jornalismo

<http://www.cimj.org>

Programa televisivo “Nós”

<http://www.acidi.gov.pt/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=153>

Agência Noticiosa Lusa

<http://www.lusa.pt>

Council of Europe. Parliamentary Assembly. Recommendation 1277 (1995)¹ on migrants, ethnic minorities and *media*.

<http://assembly.coe.int/documents/adoptedtext/ta95/erec1277.htm>